

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JUSCELINO KUBITSCHEK

Desenvolvimento econômico VS Crescimento econômico

Comparação entre Brasil, China e Noruega

Administração

Amanda Kezia
Audiney Silva
Julio Cesar
Mariane Oliveira

DIADEMA
2012

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
PAULA SOUZA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JUSCELINO
KUBITSCHKEK

Amanda Kezia
Audiney Silva
Julio Cesar
Mariane Oliveira

Desenvolvimento econômico VS Crescimento econômico

Comparação entre Brasil, China e Noruega

Trabalho de aproveitamento do curso Técnico de Nível Médio de Técnico de Administração sob a orientação do Professor MS. Leonardo Fabris Lugoboni.

DIADEMA

2012

AGRADECIMENTOS

Nestas linhas que seguem gostaríamos de agradecer a cada pessoa que nos ajudaram até aqui, afinal esse apoio foi fundamental.

Poderíamos até mesmo, encher esta página com frases de efeito e coisas do tipo, mas não vou tomar de seu tempo, afinal não serão somente palavras bonitas que dirão os quão agradecidos estamos com cada pessoa, cada amigo que nos ajudou. Não foram muitas as pessoas que nos ajudaram, mas mesmo assim fizeram a diferença.

Começo agradecendo ao nosso amigo Joel Gomes, que nos ajudou (e muito) enquanto ainda cursava conosco, e mesmo ao sair continuou nos apoiando, devo agradecer ao seu senso de humor diferenciado que, ao mesmo tempo em que nos fazia rir, nos fazia pensar, agradecer aos momentos em que ele nos fazia ver o quão humanos somos ao mesmo tempo em que nos fazia enxergar o quão incríveis podemos ser. Agradecer também ao nosso querido professor Jesiel que, mesmo não nos dando mais aulas, tem nos ajudado até esta fase final, e o melhor de tudo, tem nos cobrado (e muito), tem se preocupado tanto quanto nós, tem nos apoiado desde o início, assim como nos tirando dúvidas e mais dúvidas, sem esquecer-se dos momentos de descontração, onde ficávamos discutindo de assuntos que iam de economia a músicas. Falando em professor, temos que agradecer ao nosso professor orientador, Leonardo, por cada sermão e puxão de orelha, pois sua cobrança foi realmente necessária. Talvez esse trabalho não faça jus a ele, mas mesmo assim OBRIGADO!

"Quanto menos comes, bebes, compras livros, vais ao teatro e ao café, pensas, amas, teorizas, cantas, sofres, praticas desporto, etc., mais economizas e mais cresce o teu capital. És menos, mas tens mais. Assim todas as paixões e atividades são tragadas pela cobiça."

Karl Marx – 1818 a 1883

1. Introdução	10
1.1 Problema	11
1.2 Objetivo	12
1.3 Hipóteses	12
1.4 Justificativa	12
2. Referencial Teórico	13
2.1. Definições de Políticas Sociais e Políticas Econômicas	13
2.1.1. Políticas Econômicas	13
2.1.2. Políticas Sociais	14
2.2. Conceitos de economia	15
2.3. Conceitos de crescimento econômico	16
2.4. A importância do crescimento econômico	17
2.4.1. Indicadores de crescimento econômico	19
2.5. Conceito e indicadores de desenvolvimento	19
2.5.1. Indicadores	23
2.5.2. Índice de desenvolvimento humano mundial (IDH)	23
2.5.3. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	24
2.5.4. Fundação Getúlio Vargas (FGV)	25
2.5.5. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicado (IPEA)	25
2.6. Histórico do crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil	25
2.6.1. Crescimento econômico do Brasil	25
2.6.2. Desenvolvimento do Brasil	28
2.6.3. Geografia brasileira	30
2.6.4. Importações e Exportações brasileira.....	30
2.7. Histórico do crescimento e desenvolvimento econômico da China	35
2.7.1. O Crescimento Econômico da China	35
2.7.2. As sementes do crescimento foram plantadas há muitos anos	36
2.7.3. Colhendo os frutos	37
2.7.4. Ainda há obstáculos	39

2.7.5. O impacto do crescimento da China no comércio dos E.U.A.	39
2.7.6. Um golpe duro nas indústrias têxteis da região sudeste americana	40
2.7.7. Desenvolvimento da China	42
2.7.8. Geografia chinesa	44
2.7.9. Importação e exportação chinesa	45
2.8. Histórico do crescimento e desenvolvimento econômico da Noruega	46
2.8.1 Crescimento Econômico na Noruega	46
2.8.2. Desenvolvimento da Noruega	47
2.8.3. Geografia norueguesa	48
2.8.4. Exportações e importações norueguesas	49
2.8.5. Países em desenvolvimento criam o seu próprio futuro	50
3. Análise Comparativa	53
3.1. IDH	53
3.1.1. IDH no Brasil	53
3.1.1.1. Educação no Brasil	54
3.1.2. IDH na China	54
3.1.2.1. Educação na China	54
3.1.3. IDH na Noruega	55
3.1.3.1. Educação na Noruega	55
3.1.4. Análise	55
3.2. Políticas Sociais Atuantes nos Países	57
3.2.1. Políticas sociais atuantes no Brasil	57
3.2.2. Políticas sociais atuantes na China	58
3.2.3. Políticas sociais atuantes na Noruega	60
3.2.4. Análise	60
3.3. Geografias, Disponibilidade e Utilização dos Recursos Naturais – Análise	61
3.4. Importações e Exportações – Análise	63
3.5. PIB - Análise.....	64

4. Análise Geral	65
5. Conclusão	69
Referencial Bibliográfico	71

Resumo

O crescimento econômico é a progressão de ganhos financeiros baseada no aumento da produção do país, implicando no significativo aumento do PIB, poder de influência do país mundo afora e credibilidade em investimentos externos. Em outras palavras, é uma forma de consolidar o país economicamente, independentemente do bem estar de sua população.

O desenvolvimento econômico se foca no crescimento e na distribuição dos frutos desse crescimento (no caso, através de investimentos em estrutura interna do país) para toda a população, de forma justa e cíclica.

Há diversos pontos de vista sobre crescimento e desenvolvimento econômico: uns os vêem como fatores semelhantes, outros dizem que são fatores que trabalham individualmente, mas apesar das mais diversas controvérsias, eles trabalham em conjunto quando são bem empregados, isso porque um Estado necessita crescer em seus valores diversos que cabem à ganhos internos e externos (crescimento econômico), mas esse mesmo Estado precisa compartilhar todos esses ganhos com sua população por meio de investimentos internos em estruturas diversas (como na área da saúde, educação), gerando empregos, suprindo necessidades e fazendo com que todo esse processo retorne à sua raiz, provindo uma reação economicamente sustentável (desenvolvimento econômico).

Este trabalho tem como objetivo, analisar e estudar o crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil em comparação a China e Noruega, analisar se a forma na qual o Brasil lida com sua política econômica influencia seu desenvolvimento e enxergar como os demais países estudado lidam com o mesmo.

PALAVRAS CHAVES: Crescimento, Desenvolvimento, Econômico, Distribuição

Abstract

Economic growth is the progression of financial gains based on the increase in the production of the country, resulting in a significant increase in GDP, the country's power of influence and credibility in foreign investment worldwide. In other words, is a way to strengthen the country economically, regardless of the welfare of its population.

Economic development focuses on growth and distribution of the sprouts of that growth (in this case, by investments in internal structure of the country) for the entire population on a fair and cyclical way.

There are different points of view on economic growth and development: some see them as similar factors, others say they are factors that work individually, but despite several controversies, they work well together when they are well employed, because a State needs to grow in values that fit the various internal and external gains (economic growth), but that State must share all of those gains with its population by internal investments in various structures (such as in health, education), creation of jobs, supplying necessities and making the whole process back to its roots, being a reaction economically sustainable (economic development).

This paper aims at analyzing and studying the growth and economic development of Brazil as compared to China and Norway, to examine whether the way in which Brazil deals with its economic influences its development and see how the other studied countries deal with the same.

KEY WORDS: Growth, Development, Economic, Distribution

1. Introdução

O Brasil, atualmente, está vivendo uma cena histórica em relação à sua economia: está tomando lugares frente a países desenvolvidos, na lista dos países mais bem sucedidos economicamente, sempre crescendo, criando, adotando políticas que favorecem esse crescimento, e sendo exemplo frente a diversos outros países (muitas vezes, de primeiro mundo) quanto às suas políticas e métodos.

É um fato incontestavelmente relevante, de um ponto de vista interno ao país (tendo em mente a evolução de uma nação que, durante a República Velha, era uma exportadora de café e hoje é um grande pólo de produção e exportação de vários tipos de produtos e serviços) e de um ponto de vista externo (muitos países necessitam dos produtos e serviços do Brasil, e muitas vezes, de políticas em diversas áreas), o que faz do Brasil um país de muita importância no mundo contemporâneo, tanto pela quantidade de recursos a oferecer quanto por seus eficientes métodos e políticas gerais (seja o controle de inflação, controle de recursos, legislação ambiental, entre muitos outros).

Há pouco tempo atrás a economia brasileira ultrapassou a britânica (fazendo com que o Brasil ocupe agora a posição de 6ª maior economia mundial); era uma conquista prevista por analistas britânicos desde a implantação do Plano Real e do controle da inflação. A alavancada final veio com as exportações para a China e outros países do Oriente; mas o que realmente foi significativo na chegada do Brasil ao grupo de economias em destaque foi, segundo os analistas, a crise mundial que atingiu em cheio as grandes economias (principalmente da Europa e América), resultando na queda dos números internacionais e, conseqüentemente, aumentando a demanda a favor do Brasil.

Apesar de tantos pontos positivos, há fatores que ainda conseguem diminuir essa reputação que o Brasil está construindo. O principal deles é o crescimento desproporcional à sua distribuição, isto é, desenvolvimento abaixo da nação em relação ao crescimento. Sendo assim, é bom ressaltar que a ultrapassagem do Brasil em relação à Grã-Bretanha é algo relevante apenas para um ponto de vista (o de ganhos financeiros), pois o ministro da fazenda Guido Mantega disse que o Brasil pode demorar de dez a vinte anos para ter um padrão de vida europeu, reforçando a quebra do estereótipo de crescimento nesse caso. Somente de exemplo, podemos

lembrar que o salário base da Grã-Bretanha ultrapassa os R\$2.650,00, é um país que não possui pobreza ou analfabetismo, é dotado de alta qualidade na área da educação e saúde, tem baixos índices de violência, etc.

Essas e muitas outras contradições demonstram que há muitas deficiências a serem curadas no sistema Brasileiro, começando pelos investimentos em estruturas internas (educação, saúde, lazer, cultura) que desencadeariam na melhora da qualidade de vida da população e sua capacitação para atuar mais diretamente no crescimento do país, sentindo o desenvolvimento correr naturalmente.

Pode-se fazer uma pequena comparação desse fato com a realidade da China, também detentora de um título das maiores potências econômicas no mundo atual, mas possui níveis alarmantes de desigualdade, tendo qualidade nos serviços públicos voltados à saúde e à educação que deixam muito a desejar; ressalta-se também o fato de ser “a nação da mão de obra barata” (com empresários lucrando absurdamente alto e pagando salários muito baixos para seus empregados). Trata-se de casos que, genericamente, necessitam de melhores políticas (tanto sociais quanto econômicas, incluindo reformulação da forma de governo, etc.), pois são países com muitos recursos, mas carecem de melhores formas para administrá-los.

Para se comparar mais casos, pode-se citar a Noruega, que é um país que tem como principais atividades econômicas (pelo menos com relação ao Brasil) a exportação de pescados e componentes eletrônicos, e a importação de minérios e vegetais tropicais. É um país que não possui ganhos tão estrondosos em seu PIB, e vive de atividades básicas; apesar disso, é um dos países com maior índice de IDH, expectativa e qualidade de vida. Trata-se de boa administração de recursos e tratamentos sociais e econômicos respeitosos.

São situações diferentes, mas inclusas em um mesmo contexto, principalmente pelo fato de estarem diretamente ligadas e ativas em relação à mutação das informações conforme os rumos do país.

1.1. Problema

Como ocorre o crescimento e desenvolvimento econômico nos países?

1.2. Objetivo

Esta pesquisa tem como objetivo principal Identificar se há discrepância entre o crescimento e o desenvolvimento econômico de um país. Dentro deste objetivo, comparar o crescimento e o desenvolvimento econômico dos países (Brasil, China, Noruega).

1.3. Hipóteses

H1 - Brasil não esta se desenvolvendo conforme o seu crescimento econômico.

H2 – O crescimento e o desenvolvimento econômico não ocorrem de forma igual em todos os países.

1.4. Justificativa

É de suma importância conhecer as diferenças entre o crescimento e o desenvolvimento econômico, e suas aplicações práticas (visando à inserção desses termos em ambientes físicos, no caso, nações diversas), pois são elementos que estão ligados direta e indiretamente em nossos meio, unidos através de uma imensa teia (que encabeça desde relações econômicas locais de pequeno porte até transações entre grandes nações), sendo esta mutável conforme as ações executadas em qualquer ponto dessa teia, e significativa em nosso ambiente social e econômico.

2. Referencial Teórico

2.1. Definições de Políticas Sociais e Políticas Econômicas

2.1.1. Políticas Econômicas

“Entendem-se como políticas econômicas as ações tomadas pelo governo, que, utilizando instrumentos econômicos, buscam atingir determinados objetivos macroeconômicos. É papel do governo, zelar pelos interesses e pelo bem-estar da comunidade em geral. Para esta finalidade, o setor público, enquanto um agente econômico de peso dentro do sistema, procura atuar sobre determinadas variáveis e através destas alcançar determinados fins tidos como positivos para a população.

A política econômica atende três objetivos básicos: o crescimento, a estabilidade e a equitatividade.

O crescimento econômico visa:

1) Melhoria ou expansão das disponibilidades de recursos para expansão econômica: a) a adequação do tamanho e da estrutura da população; b) a modernização e a ampliação da capacidade instalada de produção; e c) a exploração das reservas naturais ocorrentes no espaço econômico, sob a condição de preservação auto-sustentada do meio ambiente.

2) Implantação de infraestrutura adequada, que dê suporte à eficiente utilização dos recursos econômicos disponíveis.

3) Adequação da capacidade de financiamento para as necessidades de investimento, compatíveis com os padrões e o ritmo desejado de crescimento.

A estabilidade econômica visa:

1) Estabilidade geral do processo econômico, garantindo-se normalidade conjuntural e sustentação dos níveis de emprego observados na economia como um todo.

2) Estabilidade do nível geral dos preços. (Obs.: Os preços de alguns bens ou serviços podem variar devido à sua natureza, mas a estabilidade de preços tenta abranger a maioria dos bens e serviços).

3) Equilíbrio nas transações econômicas com o exterior, envolvendo equilíbrio do balanço internacional de pagamentos como um todo e a manutenção, sustentada por fluxos não especulativos, de um nível adequado de reservas internacionais.

A equitatividade visa:

- 1) Distribuição equitativa da renda e da riqueza.
- 2) Redução ou, no limite, a total remoção dos bolsões de pobreza absoluta.
- 3) Redução do contingente dos excluídos do quadro socioeconômico; no limite, sua total supressão.

2.1.2. Políticas Sociais

“Embora toda definição seja insuficiente, concebo, grosso modo, políticas públicas como o conjunto de diretrizes governamentais voltadas, legalmente, ao propósito de se criar condições de desenvolvimento sócio-econômico em favor de uma dada população de um determinado país.”

“Do quadro das políticas públicas, a política social talvez seja a mais comumente conhecida, e, ao mesmo tempo, a que mais controvérsia sofre em razão das múltiplas opiniões que cercam o seu fim. Segundo o olhar teórico-profissional do Serviço Social, política social pode ser entendida como aquele conjunto de ações determinantes de Estado na formulação, execução e avaliação de programas que visem estabelecer medidas de proteção social aos indivíduos marcados pela exclusão econômica resultante do modelo de produção capitalista, ou mesmo dos múltiplos imprevistos do cotidiano. Nesse caso, toda política social deve ser voltada para trabalhadores e/ou aqueles que estão à margem do processo de trabalho. Assim, tanto o poder público como a sociedade devem se convencer de que cabe ao Serviço Social a tarefa de pensar política social do ponto de vista técnico-racional e não como uma ação caritativa ou assistencialista.”

2.2. Conceitos de economia

O termo **economia** originou-se das palavras gregas **oikos** (casa) e **nomos** (normas). Na Grécia antiga, economia significa a arte de bem administrar o lar, levando-se em conta a renda familiar e os gastos efetuados durante um período. Em seu tratado **Ho Oikonomikos**, Xenofonte (431 – 355 a. C.) ensinou as regras básicas para a administração de uma casa, para a caça, pesca, agricultura e o manejo dos escravos. Posteriormente, as normas relativas à administração do lar e das terras de um senhor em particular foram estendidas à **Polis** (Cidade-Estado).

A complexa teia das relações sociais e a multiplicidade dos fatores condicionantes da atividade econômica dificultam de certa forma, a formulação de uma definição abrangente para a economia. Além disso a economia sofre forte influência, não somente em sua forma de ciência, como também por questões político-ideológicas. Isso faz com que a visão econômica seja vista por ângulos diferenciados, logo cada corrente de pensamento elabora suas concepções, estabelece seus conceitos e formata seus modelos. E ao longo do tempo, as instituições econômicas e as concepções político-ideológicas se modificam, tornando maior, de forma geral, a complexidade dos processos econômicos.

“A economia é um estudo da humanidade nas atividades correntes da vida; examina a ação individual e social em seus aspectos mais estreitamente ligados à obtenção e ao uso das condições materiais do bem-estar.

MARSHALL, Alfred, *principles of economics*. 8. Ed. Londres: Macmillan, 1961.

Mas embora essa dificuldade em se encontrar uma definição para a economia, hoje, define-se economia como a ciência que estuda o emprego de recursos escassos, entre usos alternativos, com o fim de obter os melhores resultados, seja na produção de bens ou na prestação de serviços empregados na produção, mediante uma tecnologia conhecida, para a produção de outros bens e serviços de maior valor total e destinados a atender a demanda. Os usos são alternativos, porque os fatores e as matérias primas podem ser utilizados para produzir mais estradas ou mais escolas, mais canhões ou mais tratores. A produção

de todos os bens não pode ser aumentada ao mesmo tempo, no curto prazo, porque os recursos são limitados.

Os bens produzidos, como alimentos, vestuário, estradas, máquinas e os serviços prestados à população, como os ligados à saúde, educação e lazer, atendem às necessidades do indivíduo que, por definição, são limitadas, ao passo que a oferta dos bens e serviços que compõem sua **cesta de consumo** é escassa. Além disso, o consumidor só pode comprar todos os bens que desejar até o limite de sua renda.

“A economia política torna conhecida a natureza da riqueza; desse conhecimento de sua natureza deduz os meios de sua formação, revela a ordem de sua distribuição e examina os fenômenos envolvidos em sua distribuição, praticados através do consumo.”

Say, Jean Baptiste, *Traité d'économie politique*, Sec. XIX, em 1803.

Portanto, a economia estuda as atividades econômicas cujas operações envolvem o emprego de *moeda* e a troca entre indivíduo, empresas e órgãos públicos. Ela enfoca, de um lado, o comportamento das empresas, que procuram produzir de modo mais eficiente, reduzindo custos, sem perder qualidade, a fim de obter os melhores resultados, ou lucro. De outro lado ela avalia o comportamento dos consumidores, tendo em vista os preços, a renda de que dispõem e a oferta de bens e serviços no mercado.

2.3. Conceitos de crescimento econômico

O termo crescimento econômico compreende a expansão do produto real da economia, durante certo período de tempo, sem implicar em mudanças estruturais e em distribuição de renda.

Algumas economias crescem a taxas mais elevadas do que outras. As razões são variáveis e complexas. A escassez de recursos naturais não constitui razão suficiente para explicar o baixo ritmo de crescimento de um país. O Japão, por exemplo, cresce de forma acelerada mesmo com a insuficiência desses recursos.

Os principais fatores de crescimento econômico são: acumulação de capital, altas taxas de poupança, educação geral e profissionalizante, política econômica

favorável ao crescimento, geração de novas tecnologias e mentalidade social favorável aos negócios e ao progresso.

Outro fator de crescimento econômico é a poupança, a parcela do produto não consumida e transformada em investimentos. Quanto maior a taxa de poupança, maiores serão os investimentos e os níveis de emprego e renda nos períodos seguintes.

O crescimento econômico também se vincula com as exportações crescentes, porque expandem o mercado interno, pela compra de insumos e financiam importações de máquinas e equipamentos. Além disso, a maior escala de produção reduz os custos médios, aumentando os lucros e a capacidade de investimentos. Por outro lado, as importações de bens de consumo aumentam o bem-estar da população e ajudam a conter os preços internos.

Outro fator que influencia no crescimento econômico são as tecnologias, geradores de novos produtos e processos mais eficientes. Máquinas agrícolas mais potentes, práticas de irrigação, fertilizantes mais eficientes e sementes mais resistentes às doenças e às condições climáticas adversas, têm aumentado substancialmente a produtividade agrícola. A inseminação artificial e o controle genético vêm reduzindo a idade do abate e o ciclo reprodutivo dos rebanhos. Assim, a transferência de trabalhadores para o meio urbano tem sido feita com oferta crescente de alimentos.

As novas tecnologias exigem melhorias educacionais e intensificação do treinamento de trabalhadores no interior das empresas. Os maiores gastos decorrentes, incluindo pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos, aumentam a eficiência e o lucro das empresas, permitindo o pagamento de maiores salários para os trabalhadores.

2.4. A importância do crescimento econômico

A importância do crescimento econômico para melhorar o bem-estar da população nacional é intuitiva. Com produto maior, podem crescer tanto consumo, como o investimento. O governo aumenta sua arrecadação e pode investir mais em infra-estrutura e na área social. Secularmente, o crescimento do produto expressa-se em termos de juros compostos. Por exemplo, o PNB dos Estados

Unidos foi de US\$ 1 trilhão em 1971. Em 50 anos, ele será igual a US\$ 4,38 trilhões, se a taxa de crescimento for igual a 3% ao ano, US\$ 7,11 trilhões, com taxa de 4%, ou US\$ 11,4 trilhões, com taxa de 5% (Miller, 1992, P. 402).

Para saber em quantos anos a renda *per capita* de um país duplica, basta dividir o numero 72 por sua taxa de crescimento, multiplicando o resultado por 100 (regra dos 72). Por exemplo, se a renda *per capita* de um país X cresce 3% em média, entre 1970 e 1992, mantendo esse mesmo ritmo de crescimento, essa renda duplicará em 24 anos (72/3). Desse modo, quando um país mantém uma regularidade em sua taxa de crescimento, a renda *per capita* dobra no final de um determinado número de anos. Em 1950, a renda *per capita* do Brasil foi igual a US\$ 224. Como Furtado (1970, P. 150) salientou, se o Brasil tivesse mantido entre 1800 e 1850 a taxa histórica de crescimento de 1850 a 1950 (1,5 ao ano), a renda *per capita* em 1950 seria de US\$ 500, similar à renda *per capita* dos principais países da Europa nesse mesmo ano.

O crescimento econômico acelerado produz distorções, com concentração de renda, provocada pela inflação. Em geral, ocorre crescimento econômico com inflação quando a economia aproxima-se da fronteira das possibilidades de produção (FPP), pelo aumento dos preços dos fatores, em face da expansão de sua demanda. De outra parte, se a estiver sobre a FPP, a produção de um dos bens somente aumentará com a redução de produção de outra. Isso está mostrado na figura. A produção de feijão cai do F0, para F1, com o aumento da produção de S0 para S1 (ponto C1)

Assim, para aumentar o produto no longo prazo, sem distorções, torna-se necessário efetuar investimentos em capital fixo, capacitação tecnológica, educação etc., deslocando a FPP para cima e para a direita, permitindo a economia passar do ponto C

0 para o ponto C1, sobre a FPP de 2005. Sem esses investimentos, no curto prazo a FPP somente se desloca para cima pelo aumento da produtividade dos fatores: Com o mesmo estoque de recursos, tornados mais produtivos obtêm-se uma produção maior.

2.4.1. Indicadores de crescimento econômico

PIB per capita é usado como indicador de bem-estar econômico global, constituindo um bom indicador de nível de vida. Cruzando esta informação com os rendimentos mínimos e máximos, tiram-se algumas conclusões sobre o tipo de desenvolvimento em análise

Limitações do indicador PIB per capita, PNB per capita:

São indicadores per capita, isto é, indicam um valor médio, ocultam a desigualdade na repartição da riqueza pela população e pelas regiões; Não contabilizam o sector informal da economia, que no caso dos países subdesenvolvidos, apresenta valores significativos;

Alguns países produtores de petróleo têm um PNB per capita superior, por exemplo, aos EUA, todavia, isso é resultado de uma fraca densidade populacional e da riqueza exorbitante de uma minoria da população daqueles países. O que não significa, de modo algum, um nível de desenvolvimento idêntico a qualquer país europeu.

O PNB per capita não constitui uma medida do nível de vida nem de sucesso do desenvolvimento de um país, basta pensar que não faz distinções quanto as afetações do produto, não toma em consideração a destruição do meio ambiente nem patrimônio cultural, subsistem dificuldades se comparação entre países, dados as diferentes critérios de organização da contabilidade nacional.

2.5. Conceito e indicadores de desenvolvimento

Segundo Luiz Bresser, o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global em que as estruturas econômicas, políticas e sociais e um país sofrem contínuas e profundas transformações.

“Se o desenvolvimento econômico não trazer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e causa de transformações econômicas, será porque de fato não tivemos desenvolvimento”.

Continuando com os pensamentos de Luiz, um sistema social é constituído de relações, tanto econômicas como sociais e políticas. E como a própria expressão ‘sistema’ sugere, essas relações sofrem alterações, as outras receberão necessariamente as influências das modificações havidas será sempre, porém, um sistema social, suas partes serão então interdependentes.

O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global. Seu resultado mais importante, todavia, ou pelo menos o mais direito, é o crescimento do padrão de vida da população. É por isso que, geralmente, se usa a expressão “desenvolvimento econômico” como sinônimo de “desenvolvimento”.

A melhoria dos padrões de vida, o aumento do bem-estar, este é um objetivo universalmente aceito pelas sociedades modernas. Por outro lado, embora a renda *per capita* seja uma medida de padrão de vida, é uma medida muito deficiente. Muitas vezes cresce a renda *per capita* sem que haja aumento do padrão de vida, a não ser para uma parcela mínima de privilegiados dentro da população. Para que ocorra realmente um processo de desenvolvimento a melhoria do padrão de vida da população deverá tender a ser automática, autônoma e necessária, e passará a se gerar a si mesmo.

Concluindo com a visão do autor, desenvolvimento de um país tem em geral um princípio bastante definido. Na medida em que é um processo historicamente situado, surge apenas no momento em que o sistema econômico em que ele ocorre torna-se predominantemente capitalista ou socialista.

[...] O desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas. [...] essa é uma idéia tão política quanto econômica. Vai desde a proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia.

(VEIGA, 2005, p. 801).

De acordo com Adelphino Silva, hoje em dia, o problema do desenvolvimento econômico interessa mais aos países emergentes e subdesenvolvidos, pois aqueles que já atingiram alto grau de desenvolvimento estão às voltas com outros tantos problemas, por exemplo: a poluição, o aumento ou diminuição da população, o desemprego, a escassez de matéria-prima, o uso de drogas e a violência urbana.

Geralmente o desenvolvimento econômico pode ser definido tanto pelo lado da renda per capita (a divisão total desta pelo número da população) como pelo ângulo da produção: Considera-se como país subdesenvolvido aquele cuja população tem uma renda *per capita* (renda por “cabeça” ou por pessoa ou por unidade familiar) muito baixa. De acordo com Franco (2000 apud Martinelli, 2004, p.15) “não se pode mais aceitar a crença economicista de que o crescimento do PIB representa tudo e vai resolver por si só todos os problemas econômicos e sociais do país”.

Nascida sob os auspícios de teoria keynesiana, passou-se a comparar renda *per capita* dos diferentes países e a classificá-los em “ricos” e “pobres”. Além desse indicador, os países “pobres” caracterizam-se por apresentarem alto grau de analfabetismo, elevadas taxas de natalidade e de mortalidade infantil, predominância atividade agrícola, insuficiência de capital e de certos recursos naturais, diminuto mercado interno etc.. “Nali de Jesus de Souza (1993).

Para entender economia é preciso decifrar relações entre muitos indivíduos, tentando saber se tudo tem uma lógica, um sentido. Decifrar essas relações pode também ajudar a descobrir as possibilidades de tudo ser diferentes. Pode significar ter outros sonhos ou dar interpretações diferentes de um mesmo sonho.

As terias econômicas estudam a lógica das relações que surgem entre pessoas e grupos na luta pela sobrevivência. Ao mesmo tempo, é importante perceber que o estudo dessas relações, dessas lutas é sempre também um esforço que constata os limites da lógica da economia.

Pensar sobre a economia serve para classificar a resistência imposta, pelo que ‘é’ aos nossos sonhos do que ‘deveria ser’. É refletir sobre os poderes dos que

controlam as formas de sobrevivência coletiva. Entender a economia é um dos métodos para decifrar promessas e desfazer enganos.

A questão do desenvolvimento econômico aliado ao planejamento e à intervenção estatal na economia é, a partir da década de 1930, do colapso econômico de 1929 e das primeiras experiências soviéticas de planejamento, de importância vital para a compreensão do pensamento econômico e político no período em tela. Mesmo nos países capitalistas já plenamente desenvolvidos, cujo contexto entre - guerras e seus desdobramentos econômicos trouxeram necessidades conjunturais novas, a emergência de propostas de planificação e intervenção estatal na arena econômica ganhou repercussão.

Falando de desenvolvimento o emprego vem com uma importância relevante, pois, é exercendo uma profissão que há divisão de salário e automaticamente meche com a economia nacional.

Na opinião de Adam Smith “O emprego do capital menos favorável para um país é constituído pelo transporte de produtos de um país estrangeiro para outro”.

Não é com base em qualquer suposta vantagem decorrente de uma grande população ou da facilidade que um número maior de seres humanos pode desfrutar que Adam Smith dá preferência pelo emprego do capital que aciona a maior quantidade de trabalho, mas baseando-se expressamente no aumento do poder da nação.

Porque ele afirma que “a riqueza é o poder de toda a nação, na medida em que o poder depende da riqueza, devem ser sempre proporcionar o valor de sua produção anual, a qual constitui o fundo com os quais são pagos, em última análise, todos os impostos”

Tal como os salários, os lucros variam de acordo com o estado de prosperidade ou decadência da riqueza da sociedade. O aumento do capital acumulado, que faz subir os salários, tende a baixar os lucros.

O lucro é tão variável que uma pessoa nem sempre é capaz de dizer qual é em média, o seu lucro anual.

Podemos formar uma idéia do lucro médio do capital a partir da taxa de juro. A Evolução destas dá-nos idéia de variação do lucro

Um grande volume de capital, mesmo com pequenos lucros, cresce mais do que um pequeno volume com lucros elevados. Diz o provérbio que o dinheiro atrai dinheiro. A grande dificuldade está em arranjar aquele pouco que torna fácil obter mais. Quando se reduz o volume de capital de uma sociedade, os lucros tendem a aumentar, devido à redução dos salários e do capital necessário para manter a atividade.

2.5.1. Indicadores

O crescimento da renda, variável fundamental do desenvolvimento, não se explica apenas pelo emprego de mais capital ou de mais trabalho. A educação geral e a educação feminina apresentam correlação positiva e significativa com o crescimento da renda. Não se observa correlação significativa entre crescimento da renda e níveis de liberdades políticas e individuais; no entanto, verifica-se correlação positiva de certa magnitude entre esta última variável e o declínio da mortalidade infantil, nível de educação em geral e educação feminina, tanto em termos absolutos como em termos de variação.

2.5.2. Índice de desenvolvimento humano mundial (IDH)

Índice de desenvolvimento humano (IDH), elaborados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse índice mede o nível do desenvolvimento dos países, regiões e municípios, neste último caso com algumas adaptações. O IDH é calculado pela média simples de três componentes: *longevidade*, *educação* (taxa de alfabetização, peso 2/3, e taxa de matrícula nos três níveis de ensino, peso 1/3) e *nível de renda* (PIB real *per capita* em dólares PPC). O IDH varia de 0 a 1: desenvolvimento humano baixo (IDH \leq 0,499); desenvolvimento humano médio (0,5 \leq IDH \leq 0,799); desenvolvimento humano alto (IDH \geq 0,800).

Acrescenta que “todo indicador, entretanto, tem grandes limitações.

O IDH deixa de considerar muitas variáveis importantes e

combinam medidas que podem mudar rápido (frequência à escola, renda per

capita) com medidas que exigem mais tempo para mudar (analfabetismo, esperança de vida)". Por este motivo, acreditava ele, que, "muitas vezes o IDH é severamente criticado". Veiga, Besserman (2005, p. 103)

2.5.3. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empresa pública federal, é hoje o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental.

Desde a sua fundação, em 1952, o BNDES se destaca no apoio à agricultura, indústria, infra-estrutura e comércio e serviços, oferecendo condições especiais para micro, pequenas e médias empresas. O Banco também vem implementando linhas de investimentos sociais, direcionados para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano.

O apoio do BNDES se dá por meio de financiamentos a projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços. Além disso, o Banco atua no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e destina financiamentos não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico.

Em seu Planejamento Corporativo 2009/2014, o BNDES elegeu a inovação, o desenvolvimento local e regional e o desenvolvimento socioambiental como os aspectos mais importantes do fomento econômico no contexto atual, e que devem ser promovidos e enfatizados em todos os empreendimentos apoiados pelo Banco.

Assim, o BNDES reforça o compromisso histórico com o desenvolvimento de toda a sociedade brasileira, em alinhamento com os desafios mais urgentes da dinâmica social e econômica contemporânea.

O BNDES apóia projetos com impacto direto na melhoria das condições de vida da população brasileira. O Banco disponibiliza diversos mecanismos de financiamento, com investimentos que beneficiam os empreendedores de baixa renda, buscam ampliar serviços de saúde e educação, e que visam à redução das desigualdades regionais, dentre outros objetivos.

O cumprimento dos direitos sociais também é indispensável no processo de aprovação de financiamentos do BNDES e tem a mesma relevância das exigências financeiras e econômicas. O Banco busca maximizar os impactos sociais positivos dos projetos que financiam como a geração e manutenção de empregos e o incremento do desenvolvimento local.

2.5.4. Fundação Getúlio Vargas (FGV)

A Fundação Getúlio Vargas é um centro de ensino de qualidade e excelência que dedica seus esforços ao desenvolvimento intelectual do país. Sua política de promoção e incentivo à produção e ao aperfeiçoamento de ideias, dados e informações faz da FGV uma das mais importantes instituições no cenário nacional e internacional, além de possibilitar a formação de cidadãos éticos, cientes de suas responsabilidades como agentes transformadores da sociedade.

Seu objetivo inicial era preparar pessoal qualificado para a administração pública e privada do País.

2.5.5. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicado (IPEA)

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**IPEA**) é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

2.6. Histórico do crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil

2.6.1. Crescimento econômico do Brasil

A economia brasileira foi uma das que mais cresceu, principalmente após os anos 1950. No entanto, ela cresceu de um modo um pouco mais sistemático após 1850, pelo surgimento da economia cafeeira, que se tornou uma base exportadora bastante dinâmica e relativamente estável. Ela contribuiu decisivamente para consolidação do sistema de mercado interno, exercendo importantes efeitos de encadeamento sobre as atividades ligadas, fornecedores de insumos, expandindo a renda e o emprego.

O café possibilitou ao país importar bem de capital e matéria-prima indispensáveis para sua industrialização. A partir de 1930, a própria crise do balanço de pagamentos acelerou o processo de substituição de importações. Isso foi possível pelo aumento da capacidade produtiva industrial ocorrida na década anterior, graças ao grande crescimento das exportações de café.

A industrialização do Brasil ocorreu mais intensamente a partir de 1930. Antes disso, houve apenas pequenos surtos industriais: na última década do século XIX, entre 1903 e 1913 e nos anos de 1920. Os surtos industriais teriam sido provocados pela política cambial favorável aos importadores de bens de capital e pelas divisas acumuladas pelo café (Villela e Suzigan, P. 238).

Na década de 1930, ocorreu relativa mudança da estrutura produtiva do país. Em 1939, o produto industrial formava 43% do produto físico (agricultura e indústria), contra 21% em 1907. Entre 1933 e 1939, o produto industrial cresceu 11,2% em média. No entanto, a renda real per capita permaneceu estagnada entre 1928 e 1940, devido à crise da agricultura e do comércio exterior (Villela e Suzigan, 1973, P. 238).

A partir da década de 1940, o aumento da demanda de bens de capital, provocada pelo crescimento do setor de mercado interno, e a elevação dos preços dos produtos similares importados (política cambial desfavorável aos importadores), levou à implantação no Brasil da indústria produtora de bens de capital. A escassez de divisas logo após a segunda guerra mundial provocou o controle seletivo das importações, beneficiando insumos industriais, combustíveis e bens de capital. Entre 1945 e 1951, as importações de equipamentos cresceram 33,8% contra 83% para o conjunto das importações, expandindo a capacidade produtiva da economia (Furtado, 1970, P.199 e 219).

Entre 1951 e 2001, o PIB brasileiro cresceu 5,3% ao ano, em média, taxa relativamente elevada em comparação com outros países. O maior dinamismo de crescimento nesse período coube à indústria. Com 5,6% de crescimento, seguida pelos Serviços (5,5%) e pela agricultura (3,8%). Apesar de crescer menos, a agricultura brasileira expandiu-se mais do que o crescimento demográfico, representando maior oferta de alimentos para o setor urbano, assim como de matérias – primas para a indústria. As maiores taxas de crescimento ocorreram entre 1970 e 1976, mas elas foram altas em 1955 e 1958 a 1961.

Contudo, a partir de 1980, essas taxas de crescimento diminuíram, atingindo valores negativos em 1981, 1983, 1990 e em 1992. Esse menor dinamismo de crescimento deveu-se às duas crises do petróleo de 1973 e de 1979, ao aumento da dívida externa e a aceleração do processo inflacionário brasileiro.

Em 2004 o PIB alcançou R\$ 1,8 trilhão, sendo R\$ 1,6 trilhão referente ao Valor Adicionado a preços básicos e R\$ 185,1 bilhões aos Impostos sobre Produtos. No mesmo ano o PIB per capita atingiu R\$ 9.743 em valores correntes. Já em 2008, ainda durante a crise, o PIB do Brasil cresceu 5,1% e o PIB per capita cresceu 4,0% em relação ao ano de 2007. O PIB em 2008 foi de R\$ 2,9 trilhões e o PIB per capita foi de R\$ 15.240,00. A taxa de investimento em nossa economia foi de 19,0% do PIB, a mais alta desde o ano de 2000. A taxa de poupança da economia brasileira foi de 16,9% do PIB, sendo a mais baixa desde 2003.

Segundo o IBGE, o Brasil, em 2010, experimentou a maior taxa de crescimento desde 1986, quando o país vivia o Plano Cruzado e também cresceu 7,5%. Em valores, o PIB brasileiro totalizou R\$ 3.675 trilhões, saltando para a posição de 7ª maior economia mundial. Segundo o IBGE, a maior alta em 24 anos foi influenciada pelo desempenho robusto da demanda interna e pela baixa base de comparação do ano anterior, 2009, quando o PIB registrou retração de 0,6%, porque ainda sofria os efeitos da crise econômica global de 2008. Entre 2001 e 2010, o crescimento médio anual ficou em 3,6%, acima do registrado na década anterior (1991-2000), com média de 2,6%.

O PIB brasileiro cresceu 2,7% em 2011 e alcançou R\$ 4.143 trilhões, segundo dados divulgados pelo IBGE.

Ainda que bem inferior à projeção do governo no início do ano anterior, de expansão de 5%, o resultado de 2011 evidencia o relativo bom momento da economia brasileira num momento em que a Europa e os Estados Unidos enfrentam graves dificuldades para voltar a crescer.

No entanto, apesar do resultado anual, os dados indicam que houve uma desaceleração da economia no fim do ano de 2011. Segundo o IBGE, a economia cresceu 0,3% nos últimos três meses de 2011 em relação ao trimestre anterior.

Segundo o IBGE, o desempenho da economia em 2011 foi puxado pelo consumo das famílias, que teve expansão de 4,1% em relação a 2010. Também tiveram bons resultados o setor agropecuário, com crescimento de 3,9%, e o de serviços, com 2,7%. Em entrevista à BBC Brasil, o ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero diz que, ao privilegiar o crescimento por meio do consumo, o governo dá margem para que haja déficit nas contas externas, uma vez que parte da demanda interna terá de ser atendida por produtos importados.

Para cobrir o rombo na balança comercial, afirma ele, o país terá de recorrer à entrada de capital estrangeiro – o que por sua vez continuará a alimentar a valorização do real e reduzirá a competitividade dos produtos nacionais no exterior.

"Acho que é um dilema que o governo brasileiro não resolveu, e minha impressão é que sabe que não pode resolver, porque é contraditório com uma política econômica baseada no consumo", diz.

2.6.2. Desenvolvimento do Brasil

2008, 70º, primeira vez que obtêm o nível alto no IDH, 2009 75º posição, nível ainda alto porem com uma queda no percentual e na numeração da posição nesse ano em questão.

O Brasil aparece entre os países considerados de “Desenvolvimento Humano Elevado”, a segunda melhor categoria do ranking, que tem 47 países com “Desenvolvimento Humano Muito Elevado” (acima de IDH 0,793), além de 47 de “Desenvolvimento Humano Médio” (entre 0,522 e 0,698) e 46 de “Desenvolvimento Humano Baixo” (abaixo de 0,510).

De acordo com os dados usados no relatório, o rendimento anual dos brasileiros é de US\$ 10.162, e a expectativa de vida, de 73,5 anos. A escolaridade é de 7,2 anos de estudo, e a expectativa de vida escolar é de 13,8 anos.

O cálculo de IDH alterou neste ano a fonte de informação sobre renda dos países. O dado agora passou a ser alinhado ao Relatório do Banco Mundial. O problema é que o dado dessa fonte é mais antigo (de 2005) do que o usado no relatório IDH de 2010 (que era de 2008). Os números foram ajustados e a comparação possível é que passamos de uma renda nacional bruta per capita de US\$ 9.812 , em 2010, para US\$ 10.162 em 2011.

No material divulgado pelo PNUD é possível comparar as tendências do IDH de todos os países por índice e por valor total desde 1980. O destaque no caso brasileiro é para a renda, que aumentou 40% no período. No mesmo tempo, a expectativa de vida aumentou em 11 anos; a média de anos de escolaridade aumentou em 4,6 anos, mas o tempo esperado de escolaridade diminuiu.

Além do valor usado tradicionalmente para indicar o desenvolvimento humano de cada país, o relatório deste ano apresenta novos índices: IDH Ajustado à Desigualdade, Índice de Desigualdade de Gênero e Índice de Pobreza Multidimensional.

O IDH ajustado à desigualdade faz um retrato mais real do desenvolvimento do país, ajustando às realidades de cada um deles. Com isso, o IDH tradicional passa a ser visto como um desenvolvimento potencial. Levando a desigualdade em conta, o Brasil perde, em 2011, 27,7% do seu IDH tradicional. O componente renda (dentre renda, expectativa de vida e educação) é que mais influi nesse percentual.

No índice de desigualdade de gênero, o Brasil fica em patamar intermediário quando comparado com os BRICS. O índice brasileiro é de 0,449. Rússia tem 0,338; China, 0,209; África do Sul, 0,490% e Índia, 0,617.

Já o Índice de Pobreza Multidimensional é uma forma nova, mais ampla, de verificar quem vive com dificuldades. No lugar da referência do Banco Mundial, que considera que está abaixo da linha de pobreza quem ganha menos de US\$ 1,15 por dia, o novo índice aponta privações em educação, saúde e padrão de vida.

Segundo o PNUD o índice pode não ser tão importante para a situação do Brasil quanto para a de países da África, pois, no Brasil, quem tem renda pode ter o acesso facilitado à qualidade de vida. Em alguns países, porém, esse acesso não depende exclusivamente de recursos financeiros (às vezes, o país tem infraestrutura precária demais, por exemplo). Essa nova medida é uma forma interessante de avaliar as políticas de transferência de renda e verificar se essas ações realmente estão mudando a vida da população mais necessitada.

2.6.3. Geografia brasileira

O Brasil é o quinto maior país do mundo em questão territorial, ele ocupa aproximadamente metade da América do Sul a sua superfície total é de 8.511.965 Km², no Brasil está localizada a maior parte da maior floresta do mundo a Amazônia, e também está um dos maiores rios do mundo, olhando bem rápido para o país já tem como perceber que ele esbanja uma grande abundância de produtos escassos, o Brasil por ser um país tropical e que possui uma grande área verde tem dentro de suas matas milhares de espécies de animais alguns deles só encontrados aqui, na parte de minérios, além de ter uma grande diversidade de minerais explorados no país (mais de 55 minerais diferentes), o Brasil possui algumas das maiores reservas de minerais do mundo. Aproximadamente 8% das reservas de ferro do mundo estão no Brasil, sendo esse o principal minério extraído no país. Outro mineral importante é o nióbio, que tem suas maiores reservas ocidentais no Brasil. Os principais minérios encontrados no país são: ferro, bauxita, cobre, cromo, ouro, estanho, níquel, manganês, zinco, potássio. E com a descoberta da bacia de Santos o petróleo se tornou uma grande fonte do PIB brasileiro e também tem a agropecuária como uma das fontes mais importantes do PIB, tem um alto investimento nessa área dentro do país, junto com o minério de ferro são as maiores riquezas naturais do país.

2.6.4. Importações e Exportações brasileiras

Realizar uma importação é o ato de comprar um produto estrangeiro a importância de realizar uma importação é que produtos importados são muitas vezes mais barato que produtos Nacionais e se encontra produtos fora que geralmente você

não encontra em seu País. Também é importante salientar o contrário a exportação, que é o ato de vender um produto Nacional para outros países. O Brasil tem vários produtos para exportação, principalmente no setor da agronomia (produtos alimentícios), tem grande foco e saem com muita frequência. Mas o desenvolvimento de produtos eletrônicos é muito estreito e quase sempre é desenvolvido por empresas estrangeiras com fabricas no País, dessa forma a importação se torna um mercado extremamente atrativo para pessoas com baixos recursos que não podem pagar pelo preço ofertado nas lojas de eletrônicos comuns, realizando a compra fora do País o usuário economiza de 50% a 90% o que não é um absurdo falar. Recentemente o governo brasileiro abriu as portas para o comercio externo, facilitando assim a entrada de produtos estrangeiros, principalmente da China, neste ano 2011 já observamos uma queda no setor pela presidente Dilma, mas acredito que manterá alianças já formadas com os Chineses por certo que o governo por ela adotado é o mesmo do ex-presidente Lula, apesar da taxaçoão de 100% nos brinquedos que entram no País não há alterações no setor de eletrônicos.

As importações e exportações apesar de não fazerem parte do PIB é muito importante para o crescimento e desenvolvimento econômico de um país, basicamente elas ditam o valor da moeda do país no exterior, já em relação a o Brasil as importações e exportações e ainda mais importante, já que o Brasil não tem infra-estrutura suficiente para trabalha sua matéria-prima dentro do país. Hans W. Singer e Raul Prebisch sustentavam a ideia de que havia uma tendência estrutural de deterioração dos termos de troca entre os países subdesenvolvidos, exportadores de produtos primários, e os desenvolvidos, exportadores de manufaturas.

O Brasil apesar de ser um país emergente ainda não esta modificando sua forma de crescimento econômico de uma forma que o desenvolvimento acontecerá automaticamente mais sim de uma forma que deixe uma grande desigualdade social, essa formulação de Singer e Prebisch foi a evolução dos termos de troca da Grã-Bretanha entre 1873–1938 que seria um caso típico de um país desenvolvido que exportaria manufaturados e importaria produtos primários, e o nosso país no século XXI ainda não abordou essa forma de economia, e se o Brasil aborda, não teria necessidade de importa alimentos e muita matéria-prima já que o país tem uma grande fonte de produtos primários e alimentos.

Como e o caso dos Estados Unidos da América ele é auto-suficiente em alimentos, além de ter uma economia mais fechada, sendo assim seu dinamismo se propaga menos do que entre 1873 - 1938 quando a Grã-Bretanha tinha a maior economia do mundo, mais no caso do Brasil será muito mais vantajoso, pois, o país tem uma grande fonte de produtos escassos como minério de ferro e petróleo, sabendo usar esses produtos escassos para que a economia cresça e também desenvolva o país sairá ganhando muito mais do que exportando esses produtos primários, e sim exportando produtos acabados que gerará muito mais investimento, emprego, renda e outros lucros para o país e a nação.

As exportações brasileiras vinham sendo bastante promissoras, basicamente, devido à força de seu agronegócio e das novas frentes abertas. Entretanto, o câmbio flutuante sem política de controle vem prejudicando seu desenvolvimento desde 2006, havendo mais força nas importações. Para 2006, o ECONOMIA BR previra exportações de US\$ 145 bilhões (+ 23 %). Porém, com a permanente redução do ritmo exportador durante todo o ano devido à "insistente" queda do Dólar, uma previsão de US\$ 140 bilhões ficou mais factível, mas o resultado não superou US\$ 137,471 bilhões. Para 2007, o ECONOMIA BR previa exportações de US\$ 160 bilhões (+ 16 %), acertando na mosca, com US\$ 160,649 bilhões no final do ano. E houve uma continuidade na redução do ritmo exportador pelo mesmo problema do Dólar.

O Brasil vinha correndo de trás, tentando alcançar o pelotão principal, bem mais à frente e com longa tradição em comércio internacional. No entanto, todo o esforço exportador da área industrial foi deixado de lado, especialmente desde 2008, em prol de uma preocupante especialização em *commodities*, estranhamente em prol da China e seu crescimento avassalador. Mesmo que alcançasse fantásticas vendas externas de US\$ 200 bilhões lá em 2007, isso ainda teria sido muito pouco. Para ficar entre os 10 primeiros exportadores mundiais, seu lugar de direito se não tivesse permanecido tantos anos fechado em si e em sua burocracia inerte e pouco confiável, teria que exportar mais de US\$ 250 bilhões ao ano. Chegaremos lá um dia, com um governo e o Banco Central que não atrapalhem tanto como na extinta Era Lula e presente Era Dilma.

Sem dúvida, este será um longo caminho ainda a percorrer, mas a trajetória está traçada e trata-se apenas de questão de tempo.

O desafio para o avanço das exportações com substituição das importações de produtos industrializados de médio e alto valor agregado é a chave para o sucesso do novo modelo exportador brasileiro: a INOVAÇÃO e a RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

Os Saldos Comerciais Mensais vinham apresentando forte crescimento nos últimos anos, até que o Real passou a ficar mais valorizado em 2006 e as tendências ficaram mais difíceis, especialmente para os manufaturados, o que se confirma até 2011.

A criatividade é a chave para o sucesso do novo modelo exportador brasileiro. O desafio para o avanço das exportações brasileiras passa por novas e criativas formas de atender às oportunidades que o mundo apresenta, como a dos CRÉDITOS DE CARBONO. Com eles, o Brasil produzirá e venderá bicomcombustível e hidrogênio, além de veículos a todo o mundo. Pode-se avançar com exportações do Agronegócio, com produtos industrializados de alto valor agregado, com acentuada renovação tecnológico, com substituição de importações, com serviços sendo oferecidos em pacotes com financiamentos e projetos incluídos, e com novos negócios que atendam a novas oportunidades. Outra enorme oportunidade será a proporcionada pelo novo mundo da NANOTECNOLOGIA.

A nanotecnologia está revolucionando os materiais, produtos e processos. Poderão ser trabalhados a níveis molecular e atômico, podendo auto-organizar-se e realinhar-se em resposta a estímulos externos. Materiais Nano estruturados poderão ser 100 vezes mais fortes, enquanto mais leves, e mais resistentes a temperaturas extremas que o aço e outros materiais conhecidos.

O Brasil ainda participa timidamente dessa corrida e visa conquistar, ao menos, 2 % do mercado mundial (US\$ 20 bilhões de US\$ 1 trilhão ao ano).

Ultimamente o Brasil vem aumentando muito suas importações em 2010 a Petrobras atingiu, em março, o recorde de exportação de 733 mil barris por dia de petróleo, totalizando 22,73 milhões de barris no mês. Esse resultado superou a marca anterior, de dezembro de 2008, em 113 mil barris.

O maior destino das exportações foram os Estados Unidos, respondendo por 32%. Em seguida a Índia com 22%, a China com 20%, a Europa com 18%, e o Japão e Canadá com 4%.

Os volumes referem-se às saídas físicas do Brasil no mês de março. Os faturamentos dessas cargas ocorrerão ao longo dos meses de abril e maio de 2010.

As vendas externas de minério de ferro também aumentaram, somando 32,17 milhões de toneladas em dezembro de 2010, na mesma época do ano passado foram 24,18 milhões de toneladas, em valores, as exportações de minério em dezembro somaram US\$ 3,5 bilhões, contra cerca de US\$ 1 bilhão em dezembro de 2009, também devido a preços mais altos da commodity, uma alta de 208%.

Já em 2012 nas exportações, comparadas as médias até a 2ª semana de março (US\$ 931,0 milhões) com a de março de 2011 (US\$ 918,4 milhões), houve aumento de 1,4%, em razão do crescimento das exportações de produtos básicos (+5,7%, de US\$ 417,3 milhões para US\$ 441,1 milhões, por conta, principalmente, de algodão em bruto, petróleo em bruto, fumo em folhas, carne de frango e suína e minério de ferro), enquanto decresceram as vendas para semimanufaturados (-3,8%, de US\$ 129,0 milhões para US\$ 124,1 milhões, pelas quedas de semimanufaturados de ferro/aço, açúcar em bruto, zinco em bruto, ferro fundido e couros e peles) e manufaturados (-2,9%, de US\$ 353,8 milhões para US\$ 343,4 milhões, em razão de automóveis, óleos combustíveis, veículos de carga, calçados e suco de laranja não congelado). Relativamente a fevereiro/2012, a média diária das exportações decresceu 1,9% (de US\$ 948,8 milhões para US\$ 931,0 milhões), devido à retração em produtos manufaturados (-12,5%, de US\$ 392,4 milhões para US\$ 343,4 milhões) e semimanufaturados (-12,8%, de US\$ 142,4 milhões para US\$ 124,1 milhões), enquanto cresceram as exportações de básicos (+12,4%, de US\$ 392,4 milhões para US\$ 441,1 milhões).

Nas importações, a média diária até a 2ª semana de março/2012, de US\$ 893,9 milhões, ficou 5,8% acima da média de março/2011 (US\$ 844,5 milhões) e 4,1% superior a fevereiro/2012 (US\$ 858,6 milhões). No comparativo com março/2011, aumentaram os gastos, principalmente, com adubos e fertilizantes (+63,1%), instrumentos de ótica e precisão (+22,3%), farmacêuticos (+22,0%),

químicos orgânicos/inorgânicos (+17,9%), siderúrgicos (+13,2%), borracha e obras (+9,5%) e equipamentos mecânicos (+8,1%). Em relação a fevereiro/2012, houve aumento, principalmente, nos seguintes produtos: adubos e fertilizantes (+69,7%), cereais e produtos de moagem (+43,1%), farmacêuticos (+19,9%), borracha e obras (+11,9%), químicos orgânicos/inorgânicos (+8,8%) e combustíveis e lubrificantes (+5,3%).

2.7. Histórico do crescimento e desenvolvimento econômico da China

2.7.1. O Crescimento Econômico da China

No passado, chamada de “gigante adormecido”, a China está acordando. Seu rápido crescimento econômico está criando turbulências econômicas e afetando as indústrias do mundo todo.

O surgimento da China como potência econômica mundial está entre os mais dramáticos acontecimentos econômicos das últimas décadas. O impacto disso na economia dos Estados Unidos e de sua região sudeste, tanto em termos de importações quanto de exportações, causou transformações na política econômica e nas práticas comerciais regionais e nacionais. As medidas adotadas por legisladores, empresas e consumidores serão, provavelmente, influenciadas pelo emergente poder econômico da China.

De 1980 a 2004 o produto interno bruto (PIB) da China registrou uma média de crescimento real de 9,5%, tornando-a a sexta maior economia mundial (tabela1) A integração do país à economia mundial é refletida principalmente no rápido crescimento de seu papel no comércio internacional, cuja participação total no comércio mundial passou de 1% em 1980 para quase 6% em 2003. Em 2004, a China tornou-se a terceira maior nação a negociar em dólares, atrás dos Estados Unidos e da Alemanha e logo à frente do Japão.

O rápido crescimento econômico tirou um grande número de chineses do estado de pobreza, mas ainda há muitos pobres naquele país. Em 2004 o PIB per capita (a proporção entre o PIB e a população) da China era de US\$ 1.100,00 de acordo com o Banco Mundial, o que fez com que o país constasse da lista de “países

com renda média baixa”, empatado com o Paraguai e abaixo de países como Albânia (US\$ 1.740,00) e Guatemala (US\$ 1.910,00). A China ainda continua mais pobre do que muitos de seus vizinhos, incluindo a Coreia do Sul (US\$ 12.020,00) e Singapura (US\$ 21.230,00).

2.7.2. As sementes do crescimento foram plantadas há muitos anos

O começo da transformação de uma economia cuja produção era determinada pelo governo central em uma economia de mercado foi possível graças a grandes reformas econômicas e à abertura geral da economia. A partir de 1979, Deng Xiaoping, que se tornou líder da China em 1978, introduziu um programa de reforma da economia que aos poucos mudaria o funcionamento da estrutura econômica do país. Primeiramente, suas reformas focaram o setor agrícola. Os preços da produção agrícola aumentaram as restrições à produção e os impostos sobre essa, diminuíram e, o mais importante, a responsabilidade sobre a produção, a propriedade dos meios de produção e as decisões sobre as mesmas foram transferidas das comunas e governos locais para os próprios agricultores. Essas mudanças levaram ao aumento da renda familiar, o que, por sua vez, aumentou os investimentos, a poupança e a demanda total por bens em todo o país.

Na metade da década de 80, o setor industrial passou por reformas que permitiram a entrada de empresas privadas para complementar as empresas estatais então existentes, o que trouxe algumas liberalizações de preços e salários a essas últimas. Além disso, algumas dessas empresas estatais foram autorizadas a reter uma parcela dos lucros como incentivo pelo bom desempenho, e 14 grandes cidades localizadas ao longo da costa foram abertas ao comércio exterior e ao investimento estrangeiro. Essas reformas atraíram investimento estrangeiro direto sob a forma de novas empresas (principalmente joint ventures) e de capital estrangeiro, o que proporcionou o desenvolvimento das indústrias de tecnologia e de infra-estrutura, tais como produção de energia e transportes, além de criar novos postos de trabalho.

Durante o final da década de 80 e início da de 90, as autoridades chinesas continuaram a melhorar o processo de reformas usando “modelos” para experimentar novas políticas e reformas. Eles implementavam modelos em regiões e em empresas

específicas para avaliar o desempenho de uma política antes de sua implementação em todo o país. Como resultado dessa prática, as reformas que não davam certo causavam poucos prejuízos. Deng Xiaoping disse que essa forma de abordagem era como “cruzar o rio sentindo as pedras sob os pés”.

Também foram mantidas e expandidas zonas econômicas especiais, nas quais foram gradativamente introduzidos, capital e tecnologia estrangeiros e comércio exterior. As autoridades chinesas reduziram as tarifas de forma substancial e tornaram mais flexíveis os controles sobre a importação e a exportação. As exportações da China variavam de produtos têxteis e outros produtos manufaturados de baixo valor agregado como brinquedos, roupas e calçados, a produtos mais sofisticados como eletrônicos, móveis, materiais industriais e produtos para viagem como malas, bolsas, pastas, e maletas para laptops.

Além disso, o país tornou-se um centro produtor regional e de industrialização para reexportação, ou exportação de produtos anteriormente importados. As importações para a China passaram a vir, cada vez mais, de outros países asiáticos ao mesmo tempo em que um aumento correspondente nas exportações fluía para nações desenvolvidas, especialmente para os Estados Unidos e países da Europa. Entre 1990 e 2000 as exportações cresceram, em geral, quase 300%, enquanto as importações, 318%. Nesse mesmo período, as exportações da China somente para os Estados Unidos cresceram 880%, e as exportações dos Estados Unidos para China, quase 230%.

2.7.3. Colhendo os frutos

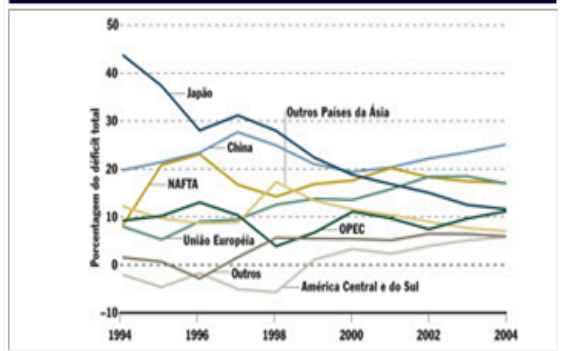
Nesse período, elevaram-se muito os investimentos estrangeiros diretos na China. Na década de 80, a média desses investimentos no país era de menos de US\$ 5 bilhões por ano, enquanto durante a década de 90 esse número aumentou para quase US\$ 30 bilhões. Em 2004, o total dos investimentos estrangeiros diretos foi de pouco mais de US\$ 60 bilhões, de acordo com o Ministério do Comércio da China.

Gráfico 1
Crescimento Econômico da China



Fonte: Departamento Nacional de Estatísticas da China

Gráfico 2
Balanças Comerciais dos E.U.A.



Fonte: Departamento de Recenseamento dos EUA

A admissão da China na Organização Mundial de Comércio (World Trade Organization—WTO), em 11 de dezembro de 2001, colaborou para o processo de integração desse país à economia mundial, e demonstrou sua perseverança em converter-se em um país de economia de mercado. As autoridades chinesas continuam reduzindo as tarifas e as barreiras comerciais, de acordo com compromissos assumidos pela China junto a WTO. Os preços passaram, cada vez mais, a ser determinados pelo mercado, e os preços dos produtos comercializados internacionalmente convergiram de forma substancial com os preços internacionais.

A economia da China continua a crescer rapidamente, especialmente devido aos investimentos e às exportações. Em 2004, as autoridades governamentais adotaram medidas para evitar o aquecimento demasiado da economia. Tais medidas incluíram aumentar as reservas obrigatórias das instituições financeiras — o que limitou os empréstimos e diminuiu os investimentos — e restringir algumas autorizações de uso da terra a alguns setores (especialmente os setores imobiliários, de aço, de cimento e de alumínio). No entanto, o crescimento real do PIB em 2004 permaneceu, conforme previsto, em 9,5%, a maior taxa desde 1996. A China encontrava-se em 4º lugar do mundo em 2004. A previsão da média de crescimento econômico da China antevê a expansão do PIB em termos reais de 8 a 8,5% em 2005 e 2006. Já em 2011 foi divulgado que a China havia passado o Japão alcançando o 2º lugar, de acordo com dados oficiais, o Produto Interno Bruto (PIB) do Japão em 2010

ficou em US\$ 5,474 trilhões. Já a China fechou o ano com um acumulado de US\$ 5,8786 trilhões.

2.7.4. Ainda há obstáculos

Independentemente do cenário positivo atual, a China ainda tem muitos desafios a enfrentar antes de atingir seu potencial de crescimento forte e sustentável, e se integrar à economia mundial. Em curto prazo, estão sendo implementados planos para o desenvolvimento dos principais setores de prestação de serviços como telecomunicações, seguros e serviços financeiros. Em médio prazo, o país provavelmente se concentrará em melhorar o mercado de trabalho e estabelecer garantias sociais, e os legisladores poderão abordar a flexibilização das taxas de câmbio. De forma geral, conforme as reformas forem sendo implementado, o papel da China na economia mundial provavelmente continuará a se tornar cada vez mais importante.

2.7.5. O impacto do crescimento da China no comércio dos E.U.A.

O aparecimento da China no cenário da economia mundial teve significativo impacto sobre os Estados Unidos. Os efeitos mais visíveis estão na balança comercial americana, na qual o déficit comercial com a China representa quase um quarto do desequilíbrio total. A tabela 2 mostra que a balança comercial dos Estados Unidos piorou em relação à maior parte das áreas com as quais mantém relações comerciais, mas que o desequilíbrio comercial em relação à China foi mais acentuado nos últimos anos.

A China também se beneficiou da eliminação, por parte dos Estados Unidos e dos demais países, das quotas sobre produtos têxteis. O total das importações de produtos têxteis e de vestuário da China pelos Estados Unidos aumentou de forma acentuada no início de 2005; mais de 60% por ano, de acordo com a Divisão de Comércio Exterior do Departamento de Recenseamento dos Estados Unidos.

Se, por um lado, os produtores americanos estão preocupados com a perda de quota de mercado para as importações chinesas, por outro, o crescimento da China trouxe novas oportunidades aos exportadores, especialmente aos de produtos primários e aplicativos manufaturados que alimentam os centros de produção da

China. Com tanta atenção dispensada às importações da China e ao grande desequilíbrio da balança, o aumento das exportações dos Estados Unidos para a China passa, às vezes, despercebido. De 2003 para 2004 o total de exportações dos Estados Unidos para a China aumentou mais de 20% de acordo com os números do Departamento de Recenseamento. As exportações de algodão dobraram para mais de US\$ 1,5 bilhões entre 2003 e 2004. Os embarques de metais industriais dobraram entre 2002 e 2004 para mais de US\$ 2,3 bilhões, e as exportações de máquinas industriais aumentaram 75% nesse mesmo período. As exportações de produtos de alta tecnologia, tais como semicondutores e equipamentos médicos, subiram quase 50% ao longo dos últimos dois anos. De forma geral, a China tem apresentado um modesto superávit comercial em relação ao resto do mundo, de pouco mais de US\$ 33 bilhões.

“A concorrência advinda das exportações chinesas também trouxe benefícios aos consumidores de todo o mundo”, de acordo com Anne Krueger, primeira vice-diretora administrativa do Fundo Monetário Internacional, em palestra proferida em janeiro de 2005 em seminário do American Enterprise Institute (Instituto Americano de Empresas). “Não podemos nos esquecer de que a concorrência é um dos maiores benefícios trazidos pelo comércio mais livre, mesmo quando força algumas penosas reestruturações em empresas não acostumadas a ela”, complementa.

2.7.6. Um golpe duro nas indústrias têxteis da região sudeste americana

A indústria têxtil da região sudeste dos Estados Unidos vem enfrentando penosas reestruturações há algum tempo, desde bem antes do aparecimento da China no cenário da economia mundial, e do conseqüente aumento nos embarques de seus produtos têxteis para os Estados Unidos. Outros mercados emergentes da América Latina e da Ásia também contribuíram para o aumento das importações de produtos têxteis e de vestuário pelos Estados Unidos, de forma que o declínio da produção têxtil nos Estados Unidos, assim como a redução dos empregos nesse setor, não foram causadas apenas pela China.

Mas, com relação aos produtos têxteis e de vestuário, a situação do comércio com a China é singular, devido ao potencial de domínio da China sobre o mercado mundial desses produtos. Na região sudeste, onde há maior presença da indústria têxtil e de vestuário, o impacto será ainda maior. Em 3 de fevereiro de 2005, em depoimento perante a Comissão E.U.A. -China do Congresso dos Estados Unidos, o presidente do Conselho Nacional das Organizações Têxteis, Cass Johnson, disse: “se os governos não agirem e de forma rápida [para tratar das importações têxteis da China], as indústrias têxtil e de vestuário dos Estados Unidos — assim como a maior parte da produção têxtil e de vestuário mundial — estarão à beira de um catástrofe sem precedentes.”

Ao mesmo tempo, as exportações da região sudeste dos Estados Unidos para a China aumentaram de forma significativa nos últimos anos. Os dados sobre as exportações do Departamento de Recenseamento registram que o total das exportações dessa região dobraram, entre 2002 e 2004, para pouco mais de US\$ 5,2 bilhões. Embora essas exportações para a China respondam por apenas 5,5% do total de 2004, o número está acima dos 3,3% de dois anos antes. As exportações agrícolas da região sudeste também aumentaram muito nesse período, de pouco mais de US\$ 670 milhões para quase US\$ 2,5 bilhões em 2004.

Grande parte desse aumento pode ser atribuída a embarques feitos pelo porto de Nova Orleans, declarados como exportações provenientes do estado de Louisiana. Desta forma, produtos provenientes de estados situados rio acima e fora da região sudeste contribuem para o total das exportações, o que significa que o valor dos embarques atribuídos ao estado de Louisiana está bastante exagerado. De qualquer forma, o comércio entre a região sudeste e a China está crescendo de forma rápida.

A expansão das indústrias têxtil e de vestuário da China levou ao aumento das exportações de algodão para o país. Don Shurley, economista e coordenador do Departamento de Agricultura e Economia Aplicada da Universidade da Geórgia na cidade de Tifton, na Geórgia, ressaltou em relatório recente que:

“sob qualquer ângulo, a China desempenha um papel fundamental. Logicamente, o bem-estar do produtor de algodão dos Estados Unidos, pelo menos por hora, é altamente dependente da produção chinesa e de sua necessidade de importações.”

A abertura da China à economia mundial traz oportunidades e desafios aos legisladores e aos empresários. A integração completa da economia chinesa ao comércio mundial ainda está nos primeiros estágios, e os desequilíbrios persistentes prenunciam uma estrada cheia de obstáculos daqui para frente. Para administrar esse processo são necessários tratados e debates bilaterais e multilaterais, e as empresas americanas e regionais terão de continuar se ajustando à realidade da importância crescente da China na economia mundial.

“Este artigo foi escrito por Michael Chriszt, diretor de análises internacionais e regionais para o grupo regional do departamento de pesquisas do Federal Reserve Bank de Atlanta, e Elena Whisler, analista econômica do grupo regional do Federal Reserve Bank de Atlanta”.

2.7.7. Desenvolvimento da China

A diretora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Helen Clark, elogiou as experiências chinesas na erradicação rápida da pobreza. Em um artigo publicado na edição internacional do jornal chinês Diário do Povo, ela pediu que a China compartilhe suas práticas com a comunidade internacional.

Segundo Clark, a experiência chinesa no combate à pobreza interessa a muitos países. De 1981 a 2005, 550 milhões de chineses saíram da extrema pobreza. 2009 ficou na posição de 92º ficando ainda assim em um nível médio, porém seu nível atualmente está menor.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento está cooperando com o país na luta contra a pobreza e a desigualdade social. Os projetos incluem o

aumento da integração social dos trabalhadores migrantes e seus filhos e o reforço da presença feminina no mercado de trabalho.

Durante a Revolução Comunista, a China caracterizava-se fundamentalmente.

Por extensa população (1,3 bilhão de habitantes) baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, além da escassez de disponibilidade de terra agricultável. O país apresentava uma herança histórica enraizada na carência de alimentos, em conjunto com a população em rápido crescimento, no qual o fornecimento agrícola não acompanhava as necessidades da população.

A China tem atualmente um crescimento populacional de 0,9% ao ano, apesar de medidas que foram tomadas há décadas visando a redução do crescimento populacional do país. Como o Brasil cresce a 1,9% ao ano, a taxa brasileira é atualmente o dobro da chinesa. Mas a população da China de 1,3 bilhão gera um crescimento anual de 11,7 milhões de habitantes, enquanto o Brasil com 184 milhões tem um crescimento de 3,49 milhões ao ano. Mas ambos os países tem percentuais declinantes de crescimento de população.

A China tem política restritiva ao número de filhos, que é variada em função de fatores como pertença ou não a minorias, morador de zona rural, ter tido um filho com deficiência ou cidades que hoje tem taxas de natalidade muitíssimo baixas, entre outros. Mas muitos chineses urbanos e enriquecidos desrespeitam esta norma.

A China ainda é um país em desenvolvimento. Mesmo com grandes avanços, possui muitas disparidades regionais e intra-regionais entre a população urbana e rural, e um nível de IDH basicamente próximo ao do Brasil. Tem uma baixa taxa de analfabetismo (9%, 2005), expectativa de vida de 72,5, mortalidade infantil de 22,12 crianças por mil habitantes.

É um país ainda rural, com a maioria da população no campo (60%) mas com crescente urbanização, com milhões de pessoas trocando o campo pelas cidades, Isto tem feito com que o governo se preocupe com a migração, tentando limitar as concentrações urbanas, por meio da edificação de pequenas e médias cidades, e do controle do crescimento das cidades grandes. Esta migração e a expansão urbana

programada fez com que o país possuía muitas cidades com população acima de um milhão.

Desenvolvimento da China Ocidental – tem como objetivo melhorar a situação econômica das províncias ocidentais através de investimentos de capital e de desenvolvimento de recursos naturais.

Revitalização do Nordeste da China – tem como objetivo rejuvenescer a base industrial do Nordeste da China. O plano de estratégia cobre três províncias: Heilongjiang, Jilin e Liaoning.

Abalçamento da China Central – tem como objetivo acelerar o desenvolvimento econômico das províncias centrais da China. Cobre seis províncias: Shanxi, Henan, Anhui, Hubei, Hunan e Jiangxi.

Terceira Frente – tem como objetivo manter o desenvolvimento econômico das províncias costeiras do leste e do sudeste da China.

2.7.8. Geografia chinesa

A China localiza-se no leste da Ásia, e sua área territorial corresponde a 9.536,499 Km², e o quarto maior país do mundo (o Brasil e o quinto). A sua capital e Pequim que também é o centro cultural e econômico do país. **Shanghai** é o principal centro industrial e **Hong Kong**, uma região administrativa especial, é o principal porto e centro comercial. Um destaque em relação aos outros países está no contingente de pessoas, atualmente a população chinesa é a maior do mundo, são aproximadamente 1,34 bilhões de pessoas, e alguns analistas estimam que esse número possa ser maior, pois com medo de sofrer repressões por parte do estado que estabeleceu uma política de controle de natalidade, deixa de registrar seu segundo filho, e assim esse número pode chegar a 1,7 bilhões de pessoas.

O território Chinês possui várias montanhas, 7 delas acima de 7 mil metros e uma delas é o Everest, também possui um Deserto “GOBI” e uma grande jazida de petróleo que corresponde cerca de 4,6% de todo petróleo do planeta, e uma abundância de minérios importantes que são estanho, ferro, carvão e alumínio, sendo o maior produtor de aço do mundo, mais apesar disso a China está ultimamente

buscando recursos naturais em outros países, o Brasil e um deles, a China já é o maior comprador de produtos brasileiros desde 2009, e pode se tornar o maior vendedor, ultrapassando os Estados Unidos, segundo o economista do IPEA Eduardo Costa Pinto a dinâmica comercial e financeira entre os dois países “traz oportunidades para o Brasil a curto e médio prazo, mas se não forem bem aproveitadas poderão representar ameaças a longo prazo” a explicação da China está procurando em outros países produtos escassos, e que apesar de estar tendo um grande crescimento econômico tem como grande limitação da expansão a questão ambiental.

2.7.9. Importação e exportação chinesa.

O comércio exterior da China conheceu uma rápida expansão nos últimos anos, avançando do 32º lugar em 1978 para 15º em 1989, 10º de 1997 e 6º em 2001. Em 2001, o volume total de importação e exportação da China rompeu pela primeira vez a casa de US\$ 500 bilhões, chegando a US\$ 509 bilhões e US\$ 650 bilhões aumentando respectivamente 24,7, 4,6 e 1, 57 vezes em relação a 1978, 1989 e 1997. Em 2002, o volume do comércio exterior chegou a US\$ 620,77 bilhões. Em 2003, o volume das importações chegou a US\$ 851,2 bilhões com um aumento de 37,1% em comparação com o ano anterior. O aumento foi de 34,6%, enquanto o de importação, com 412,8%, 39,9%. O crescimento de importações e exportações de produtos chineses vem aumentando muito anualmente. Em 2008 a importação de produtos chineses cresceu 56,9% em comparação com o ano anterior atingindo US\$ 20 bilhões. Em 2010, o volume da exportação e importação chegou aos 2.97276 trilhões de dólares, representando um aumento de 34.7% em relação ao ano anterior. O volume de exportações alcançou os 1.57793 trilhões de dólares, um aumento de 31.3% face a 2009, enquanto que o volume de importações atingiu os 1.39483 trilhões de dólares, um crescimento de 38.7%. Já em 2011, nos primeiros sete meses, o crescimento da importação da China foi mais rápido do que o da exportação, aliviando a disparidade do comércio exterior do país. Funcionários do Ministério do Comércio da China afirmaram que o país vai continuar ampliando a importação para melhorar a situação do comércio exterior.

Dados divulgados pelo órgão mostram que entre janeiro e julho deste ano, o volume total de importação e exportação da China superou os US\$2 trilhões. Aumento de 25,1% em comparação com o mesmo período do ano passado. Já o superávit da balança comercial registrou uma queda de 8,7%, para US\$76,21 bilhões. O vice-ministro do Comércio chinês, Jiang Yaoping, considera que as causas dessa queda foram as políticas para transformar o modelo de expansão do comércio exterior, acelerar o reajuste da estrutura comercial e promover a importação. Ele disse:

"Graças ao aumento contínuo da demanda doméstica, apoio da política de estímulo à importação e incremento de preços de produtos no mercado internacional, a expansão da importação da China foi maior do que a exportação. A disparidade comercial diminuiu ainda mais."

A China mantém relações comerciais com mais de 220 países e regiões do mundo, entre os quais, a Província de Taiwan, o Japão, EUA, União Europeia, Hong Kong, ANSA (Associação dos Países do Sudeste Asiático), Coreia do Sul, Austrália, Rússia e Canadá.

2.8. Histórico do crescimento e desenvolvimento econômico da Noruega

2.8.1 Crescimento Econômico na Noruega

A Noruega é um país industrial altamente desenvolvido com uma economia aberta e orientada para a exportação. Colocada na lista dos países mais ricos no mundo, também alcançou posições de topo no que diz respeito ao nível de vida, esperança de vida, bem como padrões gerais de saúde e de habitação.

O nível elevado de riqueza material deve-se, em parte, a uma abundância de recursos naturais e, por outro lado, à inclusão da Noruega na industrialização da Europa Ocidental, isto em resultado da sua grande proximidade aos principais mercados. A Noruega implementou activamente as medidas de reestruturação

necessárias para alcançar o crescimento económico. Um comércio extenso e contactos com outros países deram à indústria norueguesa uma base sobre a qual desenvolver uma economia avançada. Elevados investimentos em equipamento de produção, na melhoria e extensão da educação, bem como dos conhecimentos técnicos e organizacionais na indústria e na administração pública, também ajudaram a promover o crescimento.

O século XX representou um período de crescimento económico vigoroso e contínuo na Noruega. Desde os anos setenta que a indústria petrolífera offshore tem um papel dominante na economia norueguesa. Apenas 21% do território norueguês possui solo produtivo (3% de terreno cultivado e 18% de floresta produtiva). Em 2001 o PIB noruegues chegou a US\$ 170.924 milhões, e houve um crescimento anual até 2008 quando o PIB Noruega chegou a US\$ 450.920 milhões, crescendo 16% analisando com o ano passado e comparando com 2001 o PIB noruegues cresceu 164%.

Mesmo em uma petromonarquia que não chegou a sentir a crise mundial graças ao dinheiro do petróleo injetado pelo governo, uma cifra ruim continua sendo uma cifra ruim. A Noruega registrou em 2009 um recuo “histórico” de sua economia com uma retração de 1,5% de seu PIB, anunciou a Agência Norueguesa de Estatísticas (SSB),

“O PIB se retraiu, mas bem menos que na maioria dos outros países. Isso se deve em grande parte ao fato de que o governo aumentou sua contribuição à economia norueguesa”. Brinca Ann Lisbet Brathaug, diretora da contabilidade nacional da SSB.

No final de 2011 o PIB norueguês fechou com US\$ 479 bilhões, sendo a 25ª economia do mundo. A Noruega não é membro da União Europeia (UE), mas participa no seu mercado comum na qualidade de signatário do acordo do Espaço Económico Europeu (EEE) firmado entre os países da UE e da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA).

2.8.2. Desenvolvimento da Noruega

De acordo com o PNUD 2011, a Noruega é o país com o maior índice de desenvolvimento humano. Segundo informações do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), os 10% mais pobres da Noruega ganham mais do que os 10% mais ricos de 57 países, entre eles Ucrânia, Egito, Índia e Paquistão.

Os 10% mais pobres da população da Noruega têm uma renda média anual de US\$ 14.964, contra US\$ 656 anuais dos 10% da população brasileira com a renda mais baixa. O Brasil ocupa o 69º lugar no ranking. Porém, no seu IDH ficou em 2º lugar em 2008, perdendo para Islândia.

O empenho da Noruega deve ser baseado nos direitos do indivíduo, contribuindo para fortalecer a capacidade do Estado..

A Noruega trabalha com determinação em áreas centrais como as formas de governo, os direitos humanos, o ambiente/clima, a educação, a saúde e a igualdade de oportunidades. Está bem documentado que os investimentos na educação, saúde e possibilidades de rendimento das mulheres dão bons resultados para o desenvolvimento da sociedade e o crescimento económico.

2.8.3 Geografia norueguesa

A Noruega é um país que possui uma área territorial de 323.877 Km², ela é localizada no norte da Europa na península Escandinávia, A Noruega é um país bastante montanhoso e possui uma costa recortada, com fiordes que penetram profundamente no interior do país. Os maciços montanhosos, por vezes cobertos de neve na maior parte do ano, chegam a ultrapassar 2.000 metros de altitude. As únicas áreas planas situam-se em torno do fiorde de Oslo, onde se concentra grande parte da população. Em um século a Noruega evoluiu muito, passou de uma tranqüila sociedade agrária a um dinâmico país de alta tecnologia, a economia norueguesa sempre esteve ligada aos seus recursos naturais, mais nas últimas décadas a Noruega passou de uma economia que girava através dos seus recursos naturais em uma economia de mais investimento e tecnologias, assim gerando uma economia mais sustentável, e desses recursos naturais usados os mais importantes e que se encontra com maior abundância são: minério de ferro, petróleo, gás

natural, chumbo, cobre e zinco, e utilizaram alguns dos investimentos para explorar as suas reservas naturais de uma maneira mais eficaz e segura, assim sendo ela usa de seus conhecimentos para gerar e utilizar melhor seus produtos escassos, e além disso, para que essas extrações não causem muitos danos à natureza, ela utiliza de suas tecnologias para captura e armazenar CO2 que é um dos maiores causadores de danos ao meio ambiente, “energia limpa deve ser a preocupação de todo nos que dependemos dela” disse a ex-primeira ministra da Noruega Gro Brundtland.

Outra área de grande importância para a economia norueguesa e suas riquezas de recursos naturais marinhos, a Noruega tem uma grande reputação mundial, tem uma grande diversidade de peixes e mariscos como salmão, caranguejo gigante e o alabote branco, a pesca na Noruega tem uma base também bem sustentável, é o maior fornecedor de peixe e produtos piscícolas da Europa, São produzidas quase 600 000 toneladas de peixe e marisco provenientes de piscicultura todos os anos, e assim e uma maneira segura de ter muitas vendas e manter as mesas com peixes e mariscos sem afetar nenhuma espécie marítima. E também os fabricantes de equipamento marítimo oferecem uma vasta gama de produtos de elevada qualidade desde guinchos para convés e soluções para iluminação de embarcações até aos mais avançados sistemas electrónicos de transporte e estabilidade da carga.

2.8.4. Exportações e importações norueguesas

A Noruega conta com menos de 0,1% da população mundial, por isso, por este ponto de vista, é um país pequeno. Porém, a importância económica da Noruega é maior do que a sua população de outro modo levaria a pensar. Em 2001, a exportação e importação total de bens e serviços correspondiam a 75% do PIB global da Noruega, contra uma média de 45% para todos os países do mundo. Por outras palavras, o comércio externo é mais importante para a Noruega do que para a maioria dos outros países.

As exportações norueguesas de serviços subiram substancialmente de 2001, para cerca de 152 biliões de coroas norueguesas em 2002. O setor dos transportes

marítimos é responsável por cerca de metade das receitas advindas das exportações de serviços. De entre os outros tipos de serviços, os comerciais e financeiros demonstraram o maior aumento na última década, embora a importância dos serviços relacionados com a indústria petrolífera esteja também a aumentar. Receitas crescentes advindas do petróleo e do gás reduziram a percentagem de receitas de exportações atribuída aos serviços de cerca de 28% em 1991 para cerca de 24% em 2002. Os serviços são responsáveis por uma quota crescente do comércio mundial. A tendência oposta na Noruega é devida ao facto de que o crescimento nas exportações norueguesas de petróleo é ainda maior. Segundo a Organização Mundial do Comércio em 2002, a Noruega estava classificada no 27º lugar a nível mundial em termos de exportações de mercadorias e no 32º lugar em termos de importações.

As importações e exportações norueguesas oscilam muito em 2006 as importações chegaram a US\$ 64.266 milhões, já as exportações foram de US\$ 122.200 milhões, no ano seguinte teve um aumento de 11% nas exportações e de 25% nas importações, em 2008 teve um aumento de 26% nas exportações e 12% nas importações, comparadas com o ano anterior, em 2009 houve um declínio nas importações de 24%, e nas exportações 33%, em 2010 voltou a subir chegando a US\$ 131.400 milhões as exportações aumentando 14% e US\$ 77.270 milhões, as importações aumentando 11%, no ano seguinte (2011) voltou a ter declínio por causa da crise mundial com 50% em suas importações e exportações.

2.8.5. Países em desenvolvimento criam o seu próprio futuro

Um processo de desenvolvimento nacional só pode ser criado pela própria nação. Os países em desenvolvimento têm o direito e a responsabilidade de formar o seu próprio futuro. Do ponto de vista norueguês, uma evolução positiva da sociedade exige um Estado operante, uma sociedade civil ativa e um setor empresarial viável. Os próprios países em desenvolvimento devem definir as suas escolhas e prioridades no que diz respeito ao desenvolvimento de serviços sociais, democracia e uma política de emprego e crescimento económico.

A Noruega pode dar apoio a estes processos com financiamento e competência.

O país oferece a todos os seus cidadãos educação e atendimento médico de altíssima qualidade entre outros benefícios.

O mar é a fonte básica da economia norueguesa, além de possuir a terceira frota mercante do mundo.

A Noruega considera que as agências especializadas e os programas da ONU são instrumentos importantes para a promoção do desenvolvimento econômico e social nos países mais pobres. Em Setembro de 2000, os líderes mundiais adotaram a Declaração do Milênio que continha os Objetivos de desenvolvimento do Milênio. Estes objetivos, que incluem reduzir para metade a proporção de pessoas que vivem em pobreza extrema, devem ser alcançados até 2015, havendo ainda os princípios de orientação para programas de desenvolvimento através do sistema da ONU. Os objetivos foram também o centro do desenvolvimento de esforços de outros países e organizações desde o ano 2000. Estão no centro do Plano de Ação para Combate à Pobreza da própria Noruega e são um princípio orientador em toda a nossa cooperação para o desenvolvimento.

O desenvolvimento democrático e o respeito pelos direitos humanos encontram-se entre os principais objetivos da política de negócios estrangeiros e de desenvolvimento norueguesa, procurando a Noruega ativamente fortalecer o papel da ONU nestas áreas. Entre as áreas em que a Noruega coloca especial ênfase encontram-se a proteção dos civis durante conflitos violentos, a proteção dos defensores dos direitos humanos e a proteção dos direitos das mulheres, crianças e dos povos indígenas.

Na última década, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) classificou a Noruega diversas vezes como o melhor país para se viver. De acordo com o Relatório Global da Lacuna entre Gêneros, do Fórum Mundial de Economia, a Noruega também figura entre os países com maior igualdade de oportunidades do mundo.

Hoje, os noruegueses vivem mais tempo do que nunca. Em 2008, as meninas recém-nascidas tinham uma esperança de vida de quase 83 anos e os meninos, um pouco mais de 78 anos. A população em geral goza de saúde muito boa, e a

natalidade infantil é mínima. Com uma taxa de alfabetização de praticamente 100%, quase todos têm o ensino secundário completo. Não há pobreza extrema, e a taxa de pobreza relativa é baixa em comparação com a de outros países da OCDE.

O elevado PIB per capita gera uma riqueza que se distribui de forma relativamente igual entre os habitantes. Em grande parte, as mulheres têm as mesmas oportunidades que os homens. O Estado de Bem-Estar Social tem um serviço público de saúde universal financiado pela arrecadação tributária e um regime de segurança social aplicável a todos os habitantes, oferecendo benefícios como a pensão de aposentação e o subsídio de desemprego.

3. Análise Comparativa

Este capítulo tem como objetivo transformar os dados anteriores (em sua maioria, históricos e conceituais) em informações práticas, limpas e objetivas, de forma que sejam visualizadas como guias essenciais à próxima etapa.

É essencial a análise dos aspectos que diferem uma nação da outra, e esses aspectos serão abordados através dos tópicos principais:

1. IDH dos países
2. Políticas sociais atuantes nos países
3. Disponibilidade de recursos naturais, localização destes (Geografia) e utilização dos mesmos
4. Importações e Exportações
5. PIB dos países

Tais tópicos serão analisados uniformemente, resultando assim em informações mais dinâmicas e interligadas.

3.1. IDH

3.1.1. IDH no Brasil

O Brasil, em 2008, ocupava a 70ª posição no índice de IDH mundial, apesar de não ter diminuído seu nível, o país se “acomodou” com essa posição e não buscou melhoras; enquanto isso novos critérios de avaliação foram inseridos ao cálculo do IDH, e novos países passaram a ser inclusos nos cálculos. O Brasil atualmente se encontra na 84ª posição continuando assim em nível alto, (0,718).

Isso muitas vezes é visto como incompetência do governo que não sabe certamente onde investir para que o país continue seu desenvolvimento, mas acontece ao contrario: ele se estagna e, automaticamente torna-se uma tendência seu índice cada vez mais diminuir.

"Hoje, no Brasil, cerca de 49 milhões recebem até meio salário mínimo per capita, cerca de 54 milhões de brasileiros não possuem rendimento, esses são considerados pobres. As disparidades são explícitas entre regiões e estados brasileiros, no nordeste 51% da população vive com até meio salário mínimo, ao contrário da região sudeste que é de apenas 18%. Outra desigualdade está entre homens e mulheres, pois as mulheres são em média mais pobres que os homens." (Fonte Brasil Escola)

3.1.1.1. Educação no Brasil

Pesquisas nos revelam que um terço do Brasil frequenta a escola diariamente com 9,6% de analfabetos, de 15 ou mais anos de idade.

Avaliado em 65 países, o Brasil ficou na 53^a posição em educação. O analfabetismo funcional de pessoas entre 15 e 64 anos foi registrado em 28% no ano de 2009 (IBOPE); 34% dos alunos que chegam ao 5º ano de escolarização ainda não conseguem ler; 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental, e que moram nas grandes cidades, não dominam o uso da leitura e da escrita (FONTE: Todos pela Educação). Professores recebem menos que o piso salarial.

No Brasil existem cerca de 16 milhões de analfabetos. As pesquisas mostram que grande parcela dos alunos de diferentes níveis educacionais apresenta deficiências de aprendizagem.

3.1.2. IDH na China

A China desde 1980 (primeiro ano em que o IDH foi calculado) é um dos países, no qual o Índice de Desenvolvimento Humano mais cresce apesar de não ser o mais elevado, 2009 92º posição é um país que busca continuamente aumentar sua posição que atualmente é de 101º (0,687) nível médio, porém, há uma grande diferença com o estado de Hong Kong (0,898) que esta em 13º posição, considerado um nível muito alto. A China tem 72,2 de expectativa de vida.

3.1.2.1. Educação na China

"A educação é essencial para o desenvolvimento de longo prazo. O governo chinês tem feito esforços incessantes para garantir o direito à educação de seus cidadãos e conseguiu resultados consideráveis", afirmou o representante da China no conselho, Liu Zhongxin.

A educação na China é levada muito mais á sério do que no Brasil. Os chineses tem outra visão, a maioria se esforça mais do que deveria, são mais dedicados e disciplinados enquanto, no Brasil não se valoriza ou é consideram um “período de festa”, onde nem todos levam tanto á serio os estudos. A China tem um percentual de suicídios por incapacidade de trabalho ou estudos, ou seja, os chineses se matam pelo fato de não atingirem seu objetivo, diferindo-se da realidade brasileira (onde normalmente costumam desistir dos estudos).

3.1.3. IDH na Noruega

A Noruega é o país com maior nível IDH (1º), cerca de 0,943 com expectativa de vida de 80,1 anos, média de 12,6 anos de escolaridade, com investimentos altíssimos em saúde e educação. É um país que leva em conta as condições da população, logo investe em infra-estrutura, transporte, lazer, tecnologia, políticas sociais entre outros fatores que elevam o nível de satisfação de sua população. É um país que administra de forma eficiente seus recursos naturais e seu espaço territorial.

3.1.3.1. Educação na Noruega

A Noruega é um país que aparentemente preserva muito a educação. Eles possuem como objetivo de transparecer além de conhecimento a cultura norueguesa, sendo assim, proporcionando uma base de criação de riqueza e assistência social.

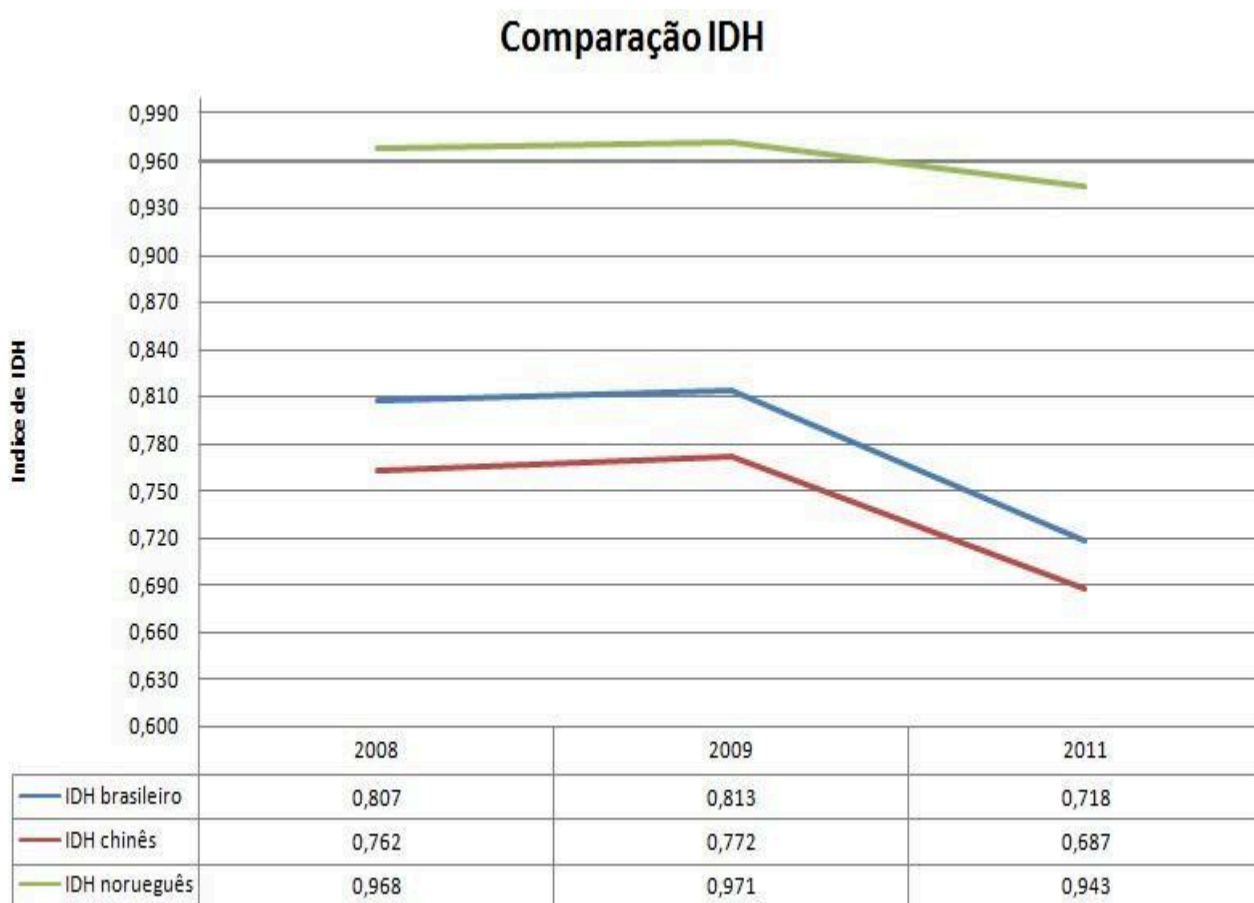
As escolas norueguesas separam os alunos conforme sua necessidade, por exemplo: deficientes ou quem tem necessidades especiais, aqueles que são considerados incapazes de acompanhar o ensino em escolas padrões.

3.1.4. Análise

A China se destaca pelo seu crescimento econômico e isso gera boas consequências no seu resultado do IDH. Apesar de ser menor do que o Brasil e Noruega, pesquisas revelam que há um crescimento no IDH, e com o aumento da renda *per capita*, a tendência é que o país evolua tanto socialmente quanto economicamente, mas nem sempre é isso o que vemos. No caso do Brasil, que é atualmente a 6º maior economia do mundo, mas em termos de desenvolvimento

social não está “crescendo corretamente”, ou seja, um dado não é compatível com o outro.

Mas as taxas mostram posições bem diferentes de um país para com o outro, ou seja, há uma diferença de desenvolvimento da Noruega que é o mais alto (1º lugar), e o Brasil que se encontra atualmente em 84º lugar, e por último a China que está em um nível médio na colocação de 101º, junto com esses dados, se tem uma básica ideia de como é a sociedade em cada um desses, principalmente de educação.



Atualmente a educação é um dos setores mais importantes do desenvolvimento da nação, pois é através do conhecimento que se formam profissionais.

Na Noruega a educação é a mais igualável possível (não há diferença no ensino de uma escola pública para uma escola particular) e também é adaptável para cada capacidade ou necessidade, já na China há um maior empenho e no Brasil pode ser visto como um desinteresse. Há diferentes tipos de visões

educacionais em cada um destes países, e isto que ajuda na formação de uma sociedade.

3.2. Políticas Sociais Atuantes nos Países

3.2.1. Políticas sociais atuantes no Brasil

As políticas sociais brasileiras (definidas de modo formal como Sistema Brasileiro de Proteção Social, ou simplesmente SBPS) foram medidas tomadas aos poucos para otimização do bem estar da população brasileira conforme as necessidades. Pode-se citar vertentes que foram fundamentais para a consolidação do SBPS:

A primeira vertente, com o intuito de enfrentar a questão social que se mantinha estagnada durante a República Velha, foi desenvolvida por meio da política social de cunho corporativo (ou seja, desenvolvida a partir das ações de uma ou mais organizações sobre o problema), organizada durante a década de 1930 e imposta através dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e, mais notavelmente, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A segunda vertente, baseada em preceitos filantrópicos já existentes, é voltada ao desenvolvimento de métodos para erradicação de alguns casos de pobreza, e passa a ser objeto de atuação do governo a partir da década de 1930.

A terceira e última vertente, em que as políticas sociais focadas no firmamento de direitos sociais (como a cidadania, liberdade de expressão, etc.) que, apesar dos esforços em épocas anteriores, somente em 1988 se consolidaria no país.

A esses três diferentes pontos juntou-se, na década de 1960, um conjunto de intervenções sociais do governo federal ancoradas em sistemas de remuneração de fundos públicos. Além disso, foram passos fundamentais para o desenvolvimento de outras políticas públicas que são ativamente presentes na atualidade.

Um dos fatores mais relevantes que propiciaram a consolidação das políticas sociais brasileiras foi a Constituição Federal de 1988, que permitia toda a população usufruir de diversos direitos (antes inacessíveis ou bem limitados).

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Como exemplo, pode-se destacar o SUS (Sistema Único de Saúde, previsto na constituição em vários artigos diferentes através do compromisso do Estado em ser responsável pela saúde e bem estar da população através de serviços públicos). O SUS, apesar de tantas contradições em relação à sua situação atual de qualidade, é referência mundial em serviços de saúde pública, pois inclui, entre diversos outros aspectos: distribuição gratuita de uma grande quantidade e tipos de medicamentos e equipamentos para o uso da população, demonstrando alta responsabilidade e eficiência.

Destacam-se também (similarmente ao exemplo anterior) os investimentos em políticas sociais na área da educação. A distribuição de materiais escolares na rede pública de ensino demonstra um significativo investimento do estado sobre a população, o que é um incentivo direto.

Dentre esses principais feitos do Estado brasileiro quanto as políticas sociais, há muitos outros, como a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, atuante no estado de São Paulo), o programa Fome Zero (em favor da erradicação da fome na nação), Programa Escola da Família (em favor do lazer e da interação escola-comunidade), Projeto Guri (em incentivo à cultura), etc., valendo a pena ressaltar que, apesar dos diversos incentivos e apoios à sociedade brasileira, parte desse trabalho não passa por regulares atualizações/reformas/manutenções, levando à degradação rápida da ação e, conseqüentemente, da credibilidade.

3.2.2. Políticas sociais atuantes na China

A China é um país que obtém êxitos constantemente quanto à qualidade de vida otimizada à população. Em razão a isso, pode-se tomar como exemplo de investimentos nas mais diversas áreas de serviços públicos, como saúde e educação.

Desde a fundação da Nova China, há mais de 60 anos, o país vem passando por diversas e significativas transformações, e é possível ver tais (na maioria das vezes como melhoras) muito facilmente na área da saúde. Essa área cresce constantemente em abrangência, prevenção, tratamento e controle de doenças. Tais melhoras implicaram na significativa mudança do padrão de expectativa de vida chinês (que era de 35, e atualmente ultrapassa os 75 anos), segundo o ministro da saúde Chen Zu, e os mais diversos serviços públicos de saúde estão disponíveis às populações mais carentes e/ou isoladas (no caso de agricultores, que compõem boa parte da população chinesa).

Em contrapartida, hospitais e as mais diversas unidades de saúde do país estão em estado de baixo investimento aparente (em sua maioria, físico), necessitando de reformas, aquisição de equipamentos mais novos e eficientes, inserção de novos leitos, etc. Trata-se de uma situação mais complicada do que parece, pois com uma rede pública de saúde tão abrangente, não é necessariamente fácil a estruturação das mais diversas reformas desse sistema no país, principalmente devido aos gastos estrondosos a que essas ações desencadeariam.

A cena encontrada na área da educação chinesa é complexa. Trata-se da fusão entre a dedicação dos alunos e famílias e um sistema rígido, abrangente, mas a preço de vários sacrifícios.

Primeiramente, ressaltam-se os investimentos em educação que o governo providenciou (valor que vai crescendo mais a cada ano), um valor equivalente a 3,4% do PIB chinês. Apesar disso, não alcança as especificações exigidas pela Organização das Nações Unidas Para Educação, Ciências e Cultura (UNESCO), que ultrapassa os 6%. Segundo estimativas, o governo investirá de 4,4% a 4,5% do PIB nacional na área de educação até o ano de 2020.

Um relatório mostrado à Comissão de Direitos Humanos da ONU, em 2004, demonstra mais alguns erros no sistema educacional chinês, agora mais superficial. A relatora especial da ONU sobre os direitos à educação, Katarina Tomasevski, critica nesse relatório os gastos da educação pública, que segundo ela em muitos casos levam alunos a saírem da escola (em caso de pertencerem à famílias muito pobres). Essa realidade se aplica à cerca de 40% dos alunos residentes à zona

rural. O relatório também demonstra que o fato de o orçamento para a educação ter crescido menos que o de defesa indicaria uma falta de prioridade para a questão.

O nicho relacionado a lazer dos chineses é escasso, baseando-se em um país em que a população vive para trabalhar e trabalha para viver, não possuindo (em sua maioria) os privilégios de tempo e/ou disponibilidade para desfrutar dos mais diversos tipos de lazeres e, os que os possuem, tem condições de investir em próprios interesses, não necessitando de políticas públicas cedidas pelo governo.

3.2.3. Políticas sociais atuantes na Noruega

Exemplo no investimento e qualidade em políticas sociais, a Noruega lidera o ranking de países mais desenvolvidos no mundo.

Na área da educação investe mais de 7,5% do PIB nacional (o equivalente a US\$15.500,00 anuais por pessoa). A Noruega baseia-se nos preceitos de igualdade na educação para todos (de forma que, independentemente da classe social, renda ou cultura da população, a educação é padronizada e otimizada constantemente), com alta qualidade nos métodos e estruturas de ensino e respeito internacional em relação à esses fatos.

Na área da saúde investe mais de 6% do PIB nacional (responsável por 72% de todos os gastos em saúde do país). Com hospitais e unidades de saúde sofisticados, equipados com alta tecnologia à serviço da população, tem capacidade de atender a praticamente toda a população de forma digna e caridosa. A Noruega também é responsável por pesquisas importantes e inovadoras na área da saúde, sendo referência mundial quanto à desenvolvimento de medicamentos, diagnósticos e tratamentos de doenças, etc.

Berço de uma cultura milenar rica (sendo um país nórdico), a Noruega obtém investimentos nas mais diversas vertentes culturais, como música, teatro, cinema, etc., demonstrando interesse do governo na qualidade do lazer e do entretenimento da população.

3.2.4. Análise

Quanto aos investimentos em políticas sociais nos países, é correto afirmar que são aplicados de formas diferentes, baseando-se em culturas diferentes e necessidades diferentes.

Baseando-se no senso comum, há países que não teriam condições de investir ativamente e eficientemente nos seus meios de políticas públicas (como por exemplo, a China fazer uma reforma geral na área da saúde; lembrando que este país possui uma enorme rede de saúde, o que exigiria um enorme capital investido, e o sacrifício de desviar capital de outras áreas para investimento direto neste), mas há algo a se ressaltar quanto à isso: investimentos tem o objetivo de contrapartida, ou seja, se houver um investimento, futuramente haverá o retorno (no caso, positivo). Em outras palavras, é necessário rever os conceitos e pensar novamente a respeito das vantagens de investimentos em áreas públicas de benefício à população.

O Brasil tem um histórico grande de criação e popularização de políticas sociais de vários tipos. O lado positivo dessas ações é que boa parte delas funcionaram, conseguiram servir de exemplos para outros países e se mantiveram na memória do povo como um trunfo. O lado negativo é que (algumas delas) foram projetos superficiais e sem sustentabilidade (para reforçar essa ideia, pode-se pegar como exemplo o Programa Fome Zero, que diminuiu significativamente a taxa de mortalidade, mas não criou na população o sentimento de construir o próprio meio de sustento; em outras palavras, o governo brasileiro “deu o peixe, mas não ensinou a pescar”).

Em países como a Noruega é notável a boa administração dos recursos disponíveis, o investimento contínuo, significativo (mas não exagerado, ação tomada por esse país há mais de 30 anos) e, como é visto pelo mundo atual, com resultados satisfatórios.

3.3. Geografias, Disponibilidade e Utilização dos Recursos Naturais - Análise

A maneira como os países utilizam os seus recursos escassos é muito importante para sua própria economia, pois eles devem procurar uma forma eficiente ou eficaz para manusear seus recursos.

Observando os aspectos dos três países, rapidamente percebemos as maneiras diferentes e os prós e contras dos usos de seus recursos naturais, que influenciam seu desenvolvimento e crescimento econômico, entre os três, o Brasil é o que tem a maior disponibilidade de recursos escassos e conta com um grande território, apesar de a China ter um território maior, ela não tem tantos recursos escassos, e tem que procurar em outros países, o Brasil sendo um deles, ela procura nas suas importações uma forma de manter vários tipos de matérias-primas no país. Devido a China ser um país muito populoso e com grande desigualdade social, ela utiliza isso para fabricar mais, já que possui uma grande quantidade de mão-de-obra barata, utilizando a fraqueza do país, que é seu baixo desenvolvimento social, o governo acabou conseguindo criar um crescimento em massa de seu PIB. Apesar de importar matérias-primas e exportar produtos acabados seja uma atitude de países desenvolvidos, a China ainda sendo um país subdesenvolvido utiliza esta estratégia, pois como já foi dito ajuda muito em seu crescimento.

Já a Noruega fez ao contrário, ela também não possui muitos recursos naturais, e os que possui são em áreas específicas (como na área pesqueira), pois o seu território não é muito extenso, mas utilizou seus investimentos para o uso de suas matérias-primas de uma forma mais sustentável. A Noruega é um dos países que mais estimula a economia sustentável, por ela possuir o maior IDH do mundo é mais fácil de trabalhar com a população, pois eles estão mais satisfeitos com o governo, e assim o governo norueguês impõe regras rígidas sobre as pescas e as poluições ao meio ambiente. Já o Brasil ainda está trabalhando sua forma de utilizar seus recursos naturais. Até pouco tempo atrás, o Brasil mantinha um foco na exportação de matéria bruta, mas ultimamente os conceitos dos economistas brasileiros estão mudando, assim a forma de utilização de nossos recursos escassos estão sendo mais distribuídas. Ultimamente o Brasil está investindo muito em áreas como agricultura, extração de petróleo e gás-nobre (Pré-sal) e na extração de minério de ferro, e cada vez mais empresas brasileiras nessas áreas estão crescendo como, por exemplo, a Gerdau e Petrobrás, principalmente a Petrobrás que com a Bacia de Santos leva o Brasil a ser um dos principais exportadores de petróleo no mundo, e antes de 2005 o Brasil não tinha reserva o suficiente para abastecer a si.

O Brasil é um país com um alto crescimento econômico, mas comparado com a China esse crescimento parece pequeno. O mesmo acontece com os recursos escassos, só que ao contrário, os recursos naturais brasileiros são bem mais diversificados e em maiores quantidades que os recursos chineses e isso caracteriza-se como uma vantagem para o país. Ultimamente o Brasil vem ultrapassando em extrações ou vendas os números chineses de matéria-prima.

Olhando pelo lado de variedade de insumo o Brasil sai na frente, pois nesse grande país tropical encontra-se a maior floresta do mundo e junto com ela uma imensidão de recursos naturais, já a China e a Noruega por serem países montanhosos não têm tantas variedades de recursos naturais, essas variedades de recursos naturais em território brasileiro podem ser encontradas em terra ou no mar, e devem ser tratada com muito respeito e preservação, pois tudo que somos desde a era do café até atualmente, devemos aos nossos recursos naturais, então o modo de economia norueguesa deve ser invejada e buscada pelo governo brasileiro, já que é uma economia sustentável que extrai produtos escassos do meio ambiente, mas de uma forma menos prejudicial ao planeta, e assim extraindo mais as nossas matérias-primas de uma forma mais segura e que possamos usufruir desses produtos escassos por muito mais tempo, esse tipo de economia será mais lucrativo para o Brasil do que é para a Noruega já que possuímos uma maior reserva de recursos naturais. Mas até atingir essa tão desejada economia vai demorar, pois o Brasil caminha em pequenos passos nessa direção.

Outro ponto positivo do Brasil e que ele é grande o suficiente em recursos naturais para alimentar sua população não precisando importar produtos de outros países para se abastecer. A China também não encontra grandes dificuldades para isso, pois possui uma grande desigualdade social: mais de 60% de sua população trabalha na área agropecuária. Já a Noruega não produz muito nessa área, ao menos não o suficiente para se sustentar; a maior parte da agropecuária norueguesa vem da pesca que utiliza de um alto investimento norueguês.

3.4. Importações e Exportações – Análise.

O comércio exterior é muito importante para o Brasil, pois ele é um país muito rico em alimentos e produtos primários, mais depende das importações e exportações para manter sua moeda valorizada fora do país e também é uma forma

de ganhar dinheiro em cima de seus produtos escassos extraídos, Pois não tem infra-estrutura suficiente para trabalhar sua matéria-prima em solo nacional e transformá-la em produtos acabados, mais com o tempo esse jeito brasileiro esta mudando, muito devagar, mas esta, já que o comércio exterior e a industrial brasileira têm poucos anos comparados com os outros países, como é o caso da China, as suas importações e exportações vêm crescendo desde 1978, saltando posições dos países que mais importa e exporta muito rápido, em 1978 ela era a 32ª colocada, já em 1989 era a 15ª e vem aumentando anualmente até os dias de hoje.

Comparada com o Brasil e a Noruega a China é uma maquina de importações e exportações ao contrario do Brasil, a China utiliza uma maneira diferente na forma de suas importações e exportações, contra a teoria de Hans W. Singer e Raul Prebisch, apesar da China não ser uma país desenvolvido, ela importa matéria-prima, e exporta produtos acabados, e, além disso, a china no ano de 2011 conseguiu importar mais do que exportar, e isso foi muito bom para economia do país.

Já o Brasil esta tentando manter suas exportações e importações equilibradas, baixando seus números de exportações de recursos naturais, recusando algumas propostas, como foi o caso do ano de 2011 com a China, e investindo mais nas indústrias nacionais. Já a Noruega utiliza uma maneira completamente diferente do Brasil e da China, a maior parte de suas exportações e de serviços sendo a área marinha a principal entre elas, a Noruega adota essa maneira por ser um país mais desenvolvido, assim tendo mais pessoas qualificadas, e por não possuir muitos recursos escassos, sendo o que mais traz renda para o país e a piscicultura, a exportação de peixes e marisco cultivados, e uma forma norueguesa sustentável de usar seus bens naturais, e por não ter muitos recursos naturais e ser um país com alto desenvolvimento econômico, a Noruega se encaixa perfeitamente na teoria de Hans W. Singer e Raul Prebisch, sendo um país desenvolvido, possui mais infra-estrutura, assim importando produtos primários e exportando produtos acabados gerando mais dinheiro para o sua economia e mais emprego para sua população.

3.5. PIB – Analise.

Atualmente o PIB brasileiro é um dos que mais cresce no mundo fazendo parte do BRIC, grupo formado pelos países emergentes e que mais crescem economicamente, (Brasil, Rússia, Índia e China) a maior fonte do PIB brasileiro é o minério de ferro, já que está localizada no Brasil umas das maiores empresas do mundo na área, a Gerdau. A China que também faz parte do BRIC, e atualmente tem o maior crescimento do PIB no mundo, já tem uma fonte diferente para o aumento do seu PIB, a sua produção em massa, decorrente da sua grande população. A China também possui várias jazidas sendo que algumas delas (as mais importantes) são de estanho, ferro, carvão, alumínio e petróleo, mas ultimamente tem buscado em outros países produtos escassos por causa de sua grande Mão-de-obra que não pode parar e tem que estar sempre bem abastecida para produzir produtos acabados, e continua seu alto crescimento do PIB. Dos três países analisados o que possui o menor PIB é a Noruega com o PIB equivalente a 479 bilhões US\$, mas é o que possui melhor investimento (gastos públicos com educação 6,76% do PIB em 2008, gastos públicos com saúde 7,5% do PIB em 2007), o seu baixo PIB (comparado com o Brasil e a China) assegura a Noruega a 25ª posição das economias mundiais. A Noruega Também é um país que se contradiz, pois, mesmo com uma baixa população, um território não tão extenso e com uma variedade de recursos naturais limitados (se comparada ao Brasil e China) é capaz de manter um crescimento muito mais alto do que se espera de um país com essas características, analisando esses três países, podemos dizer que é assustador o crescimento do PIB chinês que chega a quase o triplo do PIB brasileiro no final de 2011 o PIB chinês chegou a 6.988 bilhões enquanto o brasileiro era de 2.517 bilhões. O PIB chinês pode levar a China a ser a maior economia do mundo em poucos anos, já o petróleo brasileiro com a Bacia de Santos aumentará o PIB do Brasil causando um grande crescimento econômico que pode levar o Brasil a ocupar a posição de 4ª maior economia do mundo ultrapassando a França e a Alemanha.

4. Análise Geral

Podemos observar que, em determinadas áreas um país se sobressai ao outro, pois existem fatores determinantes que levam um país a ter uma forma de política que venha a ser eficiente ou não, como cultura, localização territorial, clima e sua própria população, que pode (ou não) levar um país a ter um ótimo desenvolvimento, tanto econômico quanto humano. Podemos citar como exemplo a

Noruega, que mesmo sendo o menor dos países analisados, com o menor índice de recursos naturais e menor população, conta com o fator cultura, ou seja, embora não tenha uma grande mão-de-obra e um nível de material para insumo muito grande, ela consegue manter um crescimento econômico acima do que se espera para um país com suas características. Deve ao fato de ser um país no qual a população rege um nível de influencia realmente alto, e ao fato de o governo norueguês priorizar a população.

Imaginemos um país que possui um grande espaço territorial, com uma grande população e uma gama imensa de recursos naturais, com um nível de desenvolvimento humano alto, que possibilita ter uma alta população sem destruir seus recursos naturais, com um governo que priorize e valorize em primeiro plano sua população levando a sua população a valorizar a si mesmo e a sua nação, que com ótimas políticas sociais (exemplos no mundo inteiro) mantenha um nível de vida a população satisfatório, que não só “entregue o peixe, mas ensine a pescar”, um país no qual seus serviços prestados influenciem mais no PIB do que seus recursos naturais, assim mantendo uma economia sustentável. Com certeza seria um país “perfeito”, mas nesse mundo essas características não se encontram em um único país, mas sim distribuídas em cada país, logo a forma como cada governo lida com essas características é que faz a diferença, por isso em muitos casos (como Brasil, China e Noruega, por exemplo) podemos encontrar discrepâncias em seu crescimento econômico e desenvolvimento humano. Voltando ao nosso país imaginário, se comparado aos três países ao qual citamos, podemos dizer que ele é formado pelas principais características de cada um deles, a China, por exemplo, possui o maior espaço territorial e maior população, enquanto o Brasil a variedade e quantidade de recursos naturais e a Noruega entra com o desenvolvimento humano.

Levando em conta que esse país é apenas imaginário, podemos citar as diferentes formas de economia de cada um dos três países, ressaltando pontos fortes e fracos que os levam a diferentes patamares, ou seja, caracterizam diferentes colocações no ranking mundial.

No fator crescimento econômico a China é invejada até mesmo por países que estão acima dela, afinal o crescimento econômico chinês é o que mais se desenvolve, e embora venha tendo quedas chegou a passar dos dois dígitos (o PIB

ultrapassava a margem de 10 %), enquanto o Brasil, que também vem surpreendendo, possui um crescimento médio de 4%, o interessante é que o Brasil é (entre os três países estudados) o que possui maior variedade de recursos, o que dá a ele uma vantagem sobre os demais, mas mesmo assim não consegue sequer acompanhar a China, pois o que leva a China a crescer de forma tão assustadora é sua alta população que equivale a quase 20% da população mundial e seu alto índice de importação, mantendo o país abastecido de material para insumo, mas se compararmos o PIB norueguês ao PIB brasileiro é notável uma grande superioridade brasileira, e seria crueldade compara-lá com a China. Já no fator desenvolvimento econômico observamos uma inversão na tabela, pois a Noruega possui o maior IDH em torno de 0,943 em uma escala de 0 a 1, enquanto o Brasil não possui um IDH tão bom quanto deveria ocupando a 84ª posição mundial enquanto a China vem mais abaixo ainda ocupando a 101ª colocação, no IDH assim como no PIB o Brasil se encontra no meio, entre os três países comparados, mas no IDH ele está mais longe dos primeiros colocados ao contrário do PIB onde ele se encontra entre as 10 maiores economias mundiais.

Podemos observar que um fator que diferencia, de forma crucial, é o tipo de política adotada por cada país, pois se analisarmos cada país de forma individual, veremos políticas diferentes que favorecem (ou não) o crescimento e o desenvolvimento dos mesmos. Voltando ao nosso país imaginário podemos dizer como cada tipo de política utilizada nos três países poderiam influenciar em cada um deles. Digamos que o Brasil, por exemplo, adotasse o mesmo sistema político norueguês (adaptando-o ao seu sistema econômico) e que sua população tivesse uma rápida aceitação e adaptação, ou seja, poderíamos dizer que o Brasil teria seu crescimento indiretamente modificado pelo índice de desenvolvimento, pois um nível de desenvolvimento alto implicaria numa taxa de empregabilidade maior, em maiores investimentos em infra-estrutura o que causaria um aumento em seu índice do PIB, sem contar a melhor administração de seus recursos naturais. Já a política chinesa possui um único fator que a diferencia e apenas do Brasil, que seria seu comércio exterior, pois, a China adota uma característica vista apenas em países desenvolvidos, que é de importar matéria-prima e exportar o produto acabado, o que dá a maior "lucratividade". Agora, suponhamos que a China venha a adotar a política de desenvolvimento norueguesa, mantendo sua política econômica, mas adotando

as políticas sociais brasileiras, enquanto a Noruega precisaria adotar apenas parte da política social brasileira, logo a China é que necessitaria mais mudar sua política.

Observando o crescimento e o desenvolvimento dos países analisados é notável a grandeza da China em crescimento, da Noruega em desenvolvimento e, com o decorrer das análises anteriores, é fácil perceber que para a população é mais rentável o desenvolvimento econômico, (gerando uma igualdade social), e para o país, economicamente falando, o crescimento econômico é mais favorável (gerando mais capital para o país). Mas também é fácil perceber que normalmente, quando ocorre o desenvolvimento econômico, indiretamente ocorre o crescimento econômico (é uma relação recíproca, mas não necessariamente em valores equivalentes). Ocorre da mesma forma com determinada população de um país: quando ela possui melhores condições de vida, ela produz mais no trabalho. É possível perceber isso através do PIB *per capita* (o PIB *per capita* chinês é de U\$ 4.354, já o norueguês ultrapassa o valor surpreendente de U\$ 84.589,).

5. Conclusão

O objetivo principal deste trabalho era identificar se há discrepância entre o crescimento e o desenvolvimento econômico de um país. Dentro deste objetivo, comparar o crescimento e o desenvolvimento econômico dos países (Brasil, China, Noruega), confirmando ou contrariando as afirmações/hipóteses de que o Brasil não está se desenvolvendo conforme o seu crescimento econômico e que, o crescimento e o desenvolvimento econômico não ocorrem de forma igual em todos os países.

O Crescimento e Desenvolvimento econômico diferem-se pelos seguintes fatores: o crescimento econômico visa somente ganhos financeiros (aumento de capital em giro), e é normalmente medido através do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) do país, enquanto o desenvolvimento econômico avalia o bem-estar do ser humano, englobando vários fatores como, saúde, educação, expectativa de vida, entre outros, que são medidos através do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A comparação do crescimento e desenvolvimento econômico entre o Brasil, China, e Noruega, mostra-nos os pontos positivos do Brasil sendo a 6ª maior economia do mundo, como por exemplo, a sua grande importância no comércio exterior, a qualidade de seus serviços e produtos, até mesmo “elogia” em certos aspectos suas políticas gerais (seja o controle de inflação, controle de recursos, legislação ambiental, entre muitos outros). Porém, revela-nos também deficiências em vários setores que necessitam de reparos ou até mesmo de transformações drásticas, como na educação e na saúde (principalmente em relação à Noruega). Ou seja, o crescimento econômico do Brasil traz vantagens perante os olhos estrangeiros e enriquece a imagem do país cada vez mais, porém, o seu

desenvolvimento econômico o inferioriza, pois não há uma distribuição correta de toda essa riqueza, o que mantém altos os índices de analfabetismo, pobreza, violência, baixa qualidade da educação e saúde, etc.

Analisando e comparando os três países para explicar o motivo pelo qual o PIB da Noruega é o maior dentre os três, fica claro que o Brasil se comparado a Noruega necessita ainda de muitos reparos em várias áreas para que haja uma maior produtividade, aumento do PIB e de seu IDH. Porém se comparado à China, temos grande vantagem, pois mesmo seu crescimento econômico sendo significativo, o seu desenvolvimento humano é péssimo, estando esta em 101º lugar na lista do IDH.

O Brasil é um país com potencial enorme para o crescimento econômico, porém, com muitas dificuldades para se desenvolver. O crescimento do seu PIB anual de 2000 à 2011 variou de 1,3% à 7,5%, com maior crescimento em 2010, chegando a 7,5 %, porém, seu IDH caiu de 0,789 no ano 2000, para 0,718 em 2011. Ou seja, seu capital de giro tem aumentado cada vez mais, porém não é investido da maneira que deveria, deixando a população cada vez mais insatisfeita com as políticas adotadas pelo país. É necessário que o povo escolha melhor seus representantes na república para que esses recursos sejam administrados de maneira correta satisfazendo assim as necessidades e desejos da população.

Da mesma forma acontece na China, é necessário que haja uma mudança em suas políticas, leis etc. Transformações nas leis trabalhistas, colocando como ponto principal o trabalhador, preocupando-se com o bem estar do mesmo para que haja um aumento em seu IDH e conseqüentemente melhore sua produtividade, fazendo crescer assim juntamente o seu PIB.

Na Noruega não há questões muito explícitas que mostrem necessidade de mudanças rápidas nos setores públicos ou administrativos do país. Para o exato momento, a melhor coisa a ser feita é, manter suas políticas sociais e econômicas de maneira que satisfaçam as necessidades da população e mantenham sua colocação no ranking dos países com melhor IDH do mundo.

Referencial bibliográfico

Desenvolvimento Econômico. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARSHALL, Alfred, *Principles of economics*. 8. Ed. Londres: Macmillan, 1961

PEREIRA, Luiz C. Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil* 13ª edição. (Ed. Brasiliense), 1972.

ROSSETI, José Paschoal, introdução à economia 20ª edição, 43- 46. Ed. SP: Editora Atlas S/A, 2003.

ROSSETTI, José Paschoal, (Os Objetivos da Política Econômica) 'Introdução à Economia', pág. 74

Say, *Traité d'économie politique*, séc. XIX, em 1803.

SCHWARTZ, Gilson.

Decifre a economia, (Ed. Saraiva), 1991

SILVA, Adelphino Teixeira de.

Iniciação á economia. (Ed. Atlas), 2000.

SINGER, 1950;Prebisch, 1949.

SMITH, Adam – Say (Ed. Inglesa)

SMITH,Adam, *A riqueza das nações*. (Ed. Revista), 2007.

SOUZA, Nali de Jesus de, curso de economia – 2ª edição,15-16, Ed. SP: Editora Atlas, 2003.

SOUZA, Nali de Jesus de, Curso de economia 2ª edição, 319-324, Ed. SP: Editora Atlas, 2003.

TROTTA, Wellington. 'Política Social: Perspectiva de Medidas Efetivamente Públicas'. Disponível em: < http://www.achegas.net/numero/43/wellington_43.pdf, pág. 82>. Acesso em: 25 de março de 2012.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/>. Acesso em: 20 de março de 2012.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz, Desenvolvimento Econômico e pensamento desenvolvimentista o caso minas gerais (1933 – 1968). Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/Desenvolvimento%20economico%20e%20pensamento%20desenvolvimentista%20-%20Daniel%20Henrique%20Diniz%20Barbosa.pdf>>. Acesso em: 01 de abril de 2012.

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE Disponível em: <<http://www.fipe.com/web/index.asp>>. Acesso em: 01 de abril de 2012.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=177:quem-e-quem&catid=120:presidencia&Itemid=68>. Acesso em: 05 de abril de 2012.

FREITAS, Eduardo de - China, país que mais cresce. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/china/china-pais-que-mais-cresce.htm>>. Acesso em: 05 de abril de 2012.

PACIEVITCH, Thais – Recursos minerais do Brasil, 2008' Disponível em: <http://www.infoescola.com/geografia/recursos-minerais-do-brasil/>>. Acesso em: 06 de abril de 2012.

SILVA, Roberto – A ameaça chinesa aos recursos naturais brasileiros, 2011. Disponível em: <<http://www.defesabr.com/blog/index.php/09/04/2011/a-ameaca-chinesa-aos-recursos-naturais-brasileiros/>>. Acesso em: 06 de abril de 2012.

FERNÁNDEZ, Eloi Fernández y – China e sua incansável busca por recursos naturais, 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/fernandez/posts/2009/06/15/a-china-sua-incansavel-busca-por-recursos-naturais-195665.asp>>. Acesso em: 07 de abril e 2012.

